

não pode o Gen. Figueiredo, agora, perder a oportunidade de provar a sinceridade de suas palavras e intenções.

Nas suas "Vozes d'África", o Gen. Figueiredo afirmou ser favorável a eleições diretas já e inculpa o PDS de ser um obstáculo aos seus desejos.

A Nação, em várias ocasiões, e mais precisamente em 15 de março, foi testemunha de suas declarações, registradas pela televisão, de que respeitaria a decisão do Congresso sobre eleições diretas, por ser matéria de competência do Poder Legislativo.

Pois bem, Sr. Presidente; pois bem, Srs. Deputados. Chegou a hora da verdade.

Uma ponderável parcela do PDS se dispõe a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, atendendo ao reclamo popular. Não pode, portanto, Gen. Figueiredo vir pressioná-la. Tem a obrigação não só de liberá-la, como até de estimulá-la, pois atende ela aos seus públicos desejos. Ou será que ele não é nem nunca foi favorável a diretas já?

Ou sua palavra, da qual a Nação é testemunha, nada vale?

Será ele um novo ou o próprio Franciscato?

Ou nada manda nem comanda no Planalto?

Se é sempre foi contra, assumo os ônus, não tente transferi-los para o PDS, que tem um punhado de homens dispostos a cumprir sua obrigação.

Se é contra, respeite ao menos a palavra dada de que aceitará a decisão do Congresso.

O Colégio Eleitoral é inaceitável. Se alguma vez foi ou pudesse ter sido legítimo, se era legítimo ao final de 1982, agora perdeu toda a legitimidade.

Foi cassado pela insolvência internacional da dívida de 100 bilhões de dólares, pela sua vergonhosa negociação, pela inflação de 711% de 1983, pelos escândalos da CAPEMI, do BNCC, das polonetas, da Coroa-Brastel, da Delfin, todos eles cuidadosamente escondidos até a realização das eleições de 82.

Houvessem eles vindo a público, jamais o PDS elegeia, em 15-11-82, os 10 Governadores e 200 Deputados com que conta, muitos deles destemidos defensores de eleições diretas já.

O Gen. Figueiredo está obrigado a manter sua palavra, porque hoje, no peito e na raça, vamos conquistar o direito de eleger, pelo voto direto, livre e secreto, o próximo Presidente da República, através de eleições diretas já.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque, pela ordem.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do PMDB da Câmara dos Deputados quer subscrever todas as razões, bastante sérias e bem fundamentadas, do Senador Fábio Lucena. Neste sentido, queremos cobrar da Presidência estas providências, já a partir de agora, com intervenção aqui do plenário, bem como com medidas administrativas cabíveis, para impedir este cerceamento constrangedor para com os membros do Congresso Nacional, que testemunhou e, mais do que isso, de que foi vítima o Senador Fábio Lucena. Como V. Ex^a não levou a reclamação a um nível de consideração, estamos a reiterar agora que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O nobre Senador Fábio Lucena não merece só a consideração e a admiração da Presidência; merece o respeito. Quero fazer chegar isto ao eminente Deputado Hélio Duque. Estou aguardando chegar o meu Vice-Presidente para solucionar o problema. Devo esclarecer aos Senhores que farei cumprir a Constituição aqui dentro do Congresso. Tenho poder de polícia, segundo a Constituição e o Regulamento da Casa e acordos do Supremo Tribunal Fede-

ral, no perímetro do Congresso. Pelo que estou informado, está havendo engarrafamento pelo lado da Estação Rovodiária e na Catedral. Aquela área foge à minha competência.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a para uma questão de ordem.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, praticamente não há questão de ordem a levantar. Havia uma contradição. Mas V. Ex^a já explicitou plenamente a questão referente à competência e aos poderes de V. Ex^a. Queremos apenas afirmar a V. Ex^a que o PDS tem absoluta e total confiança em que V. Ex^a será um sereno e determinado condutor de medidas legais de amparo ao Legislativo, para que possa decidir soberanamente. E sabe V. Ex^a que temos inteira confiança nas autoridades da Capital da República e do País no que concerne à manutenção da ordem pública em todos os lugares onde lhe for atribuída essa incumbência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983, que dispõe sobre a eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas (palmas prolongadas), os caprichos do calendário programaram a votação da Emenda Dante de Oliveira, que estabelece eleições diretas para a sucessão do atual Presidente, entre o 21 de abril, que marca o sacrifício de Tiradentes, pela independência do Brasil, e o 13 de maio, que aboliu a escravidão negra, embora a maioria dos brasileiros ainda não se tenha libertado da opressão da miséria. Os olhos ansiosos da Nação se voltam hoje para o Congresso Nacional, encravado na paisagem de Brasília que André Malraux viu deslumbrado como a Capital da Esperança e que não permitiremos se transforme, no dia de hoje, na Capital da Decepção, frustrando as expectativas de milhões de brasileiros aglomerados nas praças públicas nos últimos dias, participando de um gigantesco plebiscito, que seria imprudente ignorar.

Reunimo-nos, agora, com a grave responsabilidade de demonstrar ao povo que não nos assustam as exhibições de força a que estamos assistindo, nesta cidade sitiada, cujo símbolo maior é a Casa do Povo brasileiro, o Congresso Nacional.

Sob a farda do nosso soldado pulsa o mesmo coração do civil, que bate, hoje, uníssono, exigindo eleições diretas já, sem sofismas, sem outras emendas originárias do poder incompetente, que é o Poder Executivo, na inútil tentativa de se sobrepor ao poder competente para legislar, que é, como o seu próprio nome indica, o Poder Legislativo.

Não são as eleições diretas que põem em perigo nossa Pátria. Lenine costumava dizer: "Dêem-me um pouco de inflação e eu comunicarei qualquer país". Os atuais detentores do poder, no Brasil, transformado no vice-campeão mundial de inflação, contribuem muito mais para a comunização do País do que todos os partidos ainda na ilegalidade.

Recentemente, numa impressionante série de reportagens, o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, comprovou essa tese sob o título de "União de Repúblicas Socialistas Soviéticas do Brasil". Se juntarmos à praga da inflação, que está minando irremediavelmente o nosso capitalis-

mo, o efeito devastador de uma onda sem precedentes de corrupção e de escândalos financeiros, chegaremos à conclusão de que a equipe de tecnocratas que nos infelicitamente está colocando em grave risco a segurança nacional. Ela é que ameaça a nossa sobrevivência como país livre e democrático, provocando o empobrecimento insuportável do povo e a revolta e o inconformismo dos jovens, que constituem a maioria da Nação.

Depois de vinte anos de autoritarismo, o Brasil não pode conformar-se em aparecer aos olhos do mundo como uma "Banana Republic", capaz de assustar-se com demonstrações de força ou ameaças de iminente apocalipse institucional.

O Sr. João Faustino — V. Ex^a, que se caracterizou nesta Casa como defensor intransigente da nobre causa da Educação, hoje abraça uma nova bandeira, tão expressiva e patriótica quanto a da Educação. V. Ex^a, ao defender eleições diretas, já evidenciou sua personalidade de educador e de homem público comprometido com a verdade. Louvo o gesto de V. Ex^a, gesto que sintoniza com os anseios mais legítimos do povo brasileiro.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço ao admirável apóstolo da educação, nobre Deputado João Faustino, o seu desvanecedor aparte.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica representam, em última análise, e para orgulho de todos nós, o povo em armas. Suas origens são, em esmagadora maioria, humildes e nunca, antes e 1964, revelaram qualquer ambição de poder. Somente nas duas últimas décadas, a partir da decisão de três governadores civis de entregarem a presidência da República ao Marechal Castello Branco, que era a própria negação do militarismo, os nossos irmãos fardados viram seus chefes desmentindo as palavras de um de seus líderes mais eminentes, o General Reinaldo de Almeida, autor desta frase: "O AI-5 deve ter a violência e a duração de uma raio". Foi acertada a referência à violência, mas errada a previsão da duração, até porque, ainda hoje, estamos vivendo à sombra de um AI-5 branco, não declarado, mas que se reflete numa alucinada exibição de força que inclui barreiras nas estradas, detenção de parlamentares, cerco às escolas e uma nefanda censura ao rádio e à televisão. (Palmas.)

Sr. Presidente, Sr. Congressistas, é esta a abertura democrática prometida solenemente ao Brasil, depois de um longo hiato que se havia encerrado com um gesto de tranqüila bravura cívica do General Ernesto Geisel?

Aqui estamos neste plenário invencível, sem a cobertura do rádio e da televisão, agrilhosados e emudecidos por uma censura insana que nós mesmos poderemos torpedear, como demonstrei ontem no plenário do Senado, invocando decretos, em pleno vigor sobre a área da rádio-difusão. O Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso Nacional, tem o mesmo direito do Presidente da República e do Presidente do Supremo Tribunal Federal de requisitar toda a rede nacional de rádio e televisão para transmitir o seu pronunciamento. Até hoje somente o Presidente da República utilizou, com uma frequência indesejável e inadmissível, esse privilégio, que lhe é assegurado pela legislação da radiodifusão.

Concedo o aparte ao nobre Deputado José Thomaz Nonó.

O Sr. José Thomaz Nonó — Senador João Calmon, V. Ex^a é o primeiro companheiro do Partido Democrático Social, da ala mais lúcida e democrática desse partido, a assomar à tribuna, secundando aquilo que foi dito pelo Senador Martins Filho e assumindo uma posição corajosa em defesa da eleição direta para Presidente da República. Fico particularmente gratificado, como Deputado de primeiro mandato, como um jovem, verde ainda na política, em ver que V. Ex^a, com todos os seus anos de vida pública, com a sua experiência de educador, de parlamentar e de homem público dos mais insígnis, traz essa experiência e essa lucidez para conjugar conosco do

Pró-Diretas do Partido Democrático Social na identificação plena da vontade popular, com a identificação plena da expressão do voto parlamentar. Aqui, nesta Casa, já foi dito que fazemos o jogo da Oposição, que nós talvez estejamos sendo úteis a esses setores. Mas eu entendo, Senador, como V. Exª bem entende, que nós temos feito apenas um único e grande jogo, o da vontade do povo brasileiro, o jogo da eleição direta para Presidente da República, (palmas) o jogo da identificação parlamentar com a identificação da vontade do povo. Fico particularmente feliz e tenho certeza de que V. Exª, assim como, o Senador Martins Filho, que não esperou talvez uma medida oportuna à época, de falar pelo Senado, mas aqui, de público, perante a Nação brasileira e seus pares, nesta Casa, corajosamente antecipou seu voto pela emenda Dante de Oliveira. Era este nosso aparte, manifestando júbilo, agradecimento e regozijo, que não é nosso, do Partido Democrático Social e do Grupo Pró-Diretas, mas é o regozijo de todo o povo brasileiro. Muito obrigado. (Palmas. Muito bem!)

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Exª o aparte, que representa o pensamento da nova geração deste País, que dentro de pouco tempo irá assumir responsabilidade na condução dos nossos destinos. Precisamos estar à altura das responsabilidades, desta Casa, que nunca temeu decretação de recessos. (Muito bem. Palmas.) O que nós devemos temer, se não cumprirmos hoje o nosso dever, é a confirmação do resultado da pesquisa, publicada na edição de *Veja* do dia 11 deste mês, em que os deputados e senadores aparecem, em termos de credibilidade e de nível de confiança, com 60 pontos negativos. Essa constatação envolve grave injustiça ao Poder Legislativo, cujo trabalho fecundo não se limita aos empolgantes debates no plenário, mas se desenrola no âmbito das Comissões Técnicas, pouco focalizadas pelos órgãos de divulgação.

Ouço a Deputada Lúcia Viveiros.

A Sra. Lúcia Viveiros — Serei breve. Como a Deputada mais votada no Estado do Pará, que fundou o MDB em 64 com cinco mil mulheres — foi o primeiro partido político fundado por mulheres no Brasil — e que passou agora para o PDS, queria dizer ao povo brasileiro da minha posição diante da Emenda Dante de Oliveira. Eu estou votando nas diretas já, (palmas) inclusive também diretas para os prefeitos das capitais, que atualmente são biônicos. (Palmas.) E quem sabe eu esteja expressando o sentimento do Presidente da República, porquanto estou arrancando a bandeira das diretas — bandeira dos paraense, e do povo brasileiro — duas mãos de um Governador corrupto, o Governador do Estado do Pará, que agora mesmo obteve autorização para receber sessenta milhões de dólares, o que vai aumentar a dívida externa do Brasil, dos quais, possivelmente, uma grande parte vai parar nos bancos da Suíça. Quero afirmar que estou representando este povo votando nas diretas já. Quem sabe, repito, este sentimento é do Presidente da República, porque estou arrancando esta bandeira das mãos de um Governador corrupto, que se diz Oposição, para as mãos do PDS sério, que é Oposição verdadeira no Pará. Espero com esta minha posição estar cumprindo minha missão, meu dever e, mais uma vez, com coerência e coragem, bem representando não só o meu povo paraense como as mulheres brasileiras, que são realmente corajosas. (Muito bem!) Quero agradecer a oportunidade do aparte e exortar este Congresso, parodiando o grande estadista, dizendo que, se necessário, é preferível morrerem de pé a viverem de joelhos.

O SR. JOÃO CALMON — Agradeço a V. Exª o aparte, que não representa apenas a voz do Pará, mas a voz de todas as mulheres da nossa Pátria. Prossigo, Sr. Presidente.

Nesta hora extremamente grave, o Congresso saberá cumprir o seu dever, sem frustrar a esperança de milhões de brasileiros que estão com os olhos voltados para este plenário indomável, que não sofre a neurose do medo e não teme ameaças. Nós que apoiamos as eleições diretas já não temos a estulta pretensão de ser os detentores do monopólio do patriotismo e das convicções democráticas. Respeitamos os que também são favoráveis às eleições diretas somente daqui a quatro anos, numa nova modalidade arquitetada em gabinetes que se ressentem da grave debilidade que Maquiavel chamava de "solidão do Príncipe". Ouço o nobre Deputado Fernando Gomes

O Sr. Fernando Gomes — Nobre Senador João Calmon, em primeiro lugar, em meu nome e em nome do meu partido, parabeno V. Exª pela atitude tomada ao lado do povo brasileiro. O Governo não quer eleições diretas, o Governo decretou medidas de emergência que não se justificam em Brasília, numa inúmeras brasileiros, nossos irmãos, estão morrendo de fome e de sede no Nordeste. Conforme os jornais noticiaram, o rombo do BNCC, no qual o ex-Ministro da Agricultura, Sr. Amaury Stabile, é um dos principais envolvidos, é de um trilhão de cruzeiros, e com metade desse dinheiro se resolveria o problema do Nordeste. Em lugar de medidas de emergência, o que o Governo precisa é fiscalizar fatos como esse e colocar os responsáveis na cadeia.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado a V. Exª pelo aparte, que me desvanece.

Ouço o Deputado Paulo Lustosa.

O Sr. Paulo Lustosa — Caro Senador João Calmon, trazemos aqui nossa solidariedade, apoio e nossa admiração à cruzada que V. Exª faz juntamente conosco, numa posição suprapartidária, sem proselitismo, sem partidatismo, sem ideologia, numa única busca que tem o apoio popular não apenas do povo-emocão, mas do povo-ração, que busca, através da escolha do seu Presidente da República, o caminho legítimo para participar da construção dos seus próprios destinos, para se tornar responsável pelos seus próprios erros e equívocos, enfim, para poder abrir os caminhos da recriação, da esperança, da fé e da confiança em dias melhores para este País. Coloco aqui meu apreço e admiração por V. Exª, principalmente quanto ao apelo que faz ao Congresso Nacional para que ele volte a ser o depositário das esperanças, da confiança da Nação brasileira. Que aqui seja o desaguadouro das aspirações nacionais, das suas frustrações, mas também das suas conquistas mais legítimas.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado, nobre Deputado Paulo Lustosa.

Prossigo, Sr. Presidente. Srs. Congressistas.

Não encaramos com ar de superioridade ou de desprezo os que não se alinham ao nosso lado, porque reconhecemos o seu direito de divergência. Não admitimos também que se tente apontar o Senado como um bastião de conservadorismo ou até mesmo de reacionarismo. Lá, na chamada Câmara Alta, como aqui nesta indômita Câmara dos Deputados, imperam o mesmo inextinguível patriotismo, o mesmo amor à Democracia. Tanto na Câmara como no Senado, não acreditamos que, hoje ou amanhã, os brasileiros sejam forçados a ouvir a BBC de Londres ou a *A Voz da América*, de Washington, para saberem detalhes do que está ocorrendo nas sessões do Congresso Nacional.

Mais grave do que a falta de credibilidade dos nossos governantes, quando fazem previsões que os fatos se encarregam de desmentir, é a ameaça da desesperança acabar dominando as novas gerações ou arrastando-as a posições extremadas.

Se se realizar, hoje, uma ampla pesquisa de opinião entre o segmento jovem da população, que amanhã estará assumindo a responsabilidade de governar o Brasil, será constatada a sua profunda incompatibilidade com um regime implantado para impedir o avanço do comunismo e que conseguiu concentrar dois terços dos investimentos no setor público, adquirindo mais características socialistas do que vários países da antiga "Cortina de Ferro". Se assim reagirem os mocos nas universidades, nos escritórios das empresas e nas fábricas, submetidos a um rápido processo de empobrecimento por culpa de uma desumana política salarial, não é diferente a reação dos jovens oficiais das três Armas, também sofrendo as consequências dos sucessivos erros de uma desorientada equipe de tecnocratas, teleguida pelo FMI!

A partir da década de 20, foram jovens oficiais que escreveram a epopéia dos 18 do Forte de Copacabana, que acabou tendo o seu desfecho na Revolução de 1930.

O quadro atual de violência e de tentativas de atemorização do povo com armas que pertencem à Nação e não a uma pequena minoria que não admite desajudar-se do poder provocará um traumatismo nacional, cujos primeiros índices já são visíveis e audíveis, em Brasília e em numerosas outras cidades.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não estou vendo fantasmas ao meio dia e me recuso a ignorar os exemplos que estão perto de nós, aqui nesta sofrida América do Sul.

No limiar da votação da Emenda Dante de Oliveira, impõe-se aos indecisos um último exame de consciência e a nós o cumprimento do sagrado dever de concretizarmos a aspiração nacional de realização de eleições diretas já, (Palmas.)

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE — (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, acabamos de ouvir da tribuna a palavra do Senador João Calmon, que como educador pratica aqui a pedagogia da liberdade, a pedagogia da vida e da verdade, porque o educador é importante não por aquilo que diz, mas sim por aquilo que faz e pelo que é. Neste momento, quero comunicar a V. Exª que um educador, um professor, um líder do magistério em Brasília, o Presidente do Sindicato dos Professores, encontra-se preso pelo Polícia Militar do General Newton Cruz, juntamente com outros dois integrantes de sua diretoria. Peço a V. Exª que nomeie uma comissão de parlamentares para se ocupar desse verdadeiro rosário de arbitrariedades, de insanidades que vêm sendo cometidas pelo executor das Medidas de Emergência na Capital da República. Tendo em vista que os Deputados Federais informados dessas violências, desses atentados à liberdade individual, estão presos a este recinto, dada a necessidade de assegurar permanentemente o **quorum**, desta sessão, peço a V. Exª que tome providências neste sentido e que procure saber da prisão do Presidente do Sindicato dos Professores de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esta Presidência solicita ao nobre Deputado José Fogaça que cite o dispositivo regimental e formalize a questão de ordem. Não tenho, dentro do Regimento, nenhum dispositivo capaz de ensinar a nomeação de uma comissão **ex officio** para tratar do assunto.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Armando Pinheiro.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as vistas do País estão voltadas hoje para o Congresso Na-

cional. É indiscutível o fato de que estamos vivendo, nesta Legislatura, um momento de grande decisão, propiciado pelo clima de democracia que vem sendo instaurado no País pelo compromisso assumido pelo Presidente Figueiredo em 1978, que ao ser empossado na Presidência da República proclamou para toda a Nação: "Hei de fazer deste País uma democracia".

Os incredulos nunca acreditaram e alguns continuam não acreditando, mas aí estão todas as conquistas democráticas, aí está o País vivendo realmente dentro de suas prerrogativas constitucionais. As eleições de 1982 representaram marco fundamental no processo de abertura política. Após a reformulação partidária, após o reordenamento das posições de cada um, cinco partidos se colocaram na disputa para obter a preferência eleitoral.

As rédeas constitucionais estavam fixadas. Não havia mais ninguém banido pelo período revolucionário sem usufruir seus direitos políticos. A anistia havia abrangido a todos. A imprensa, livremente, retratava para a opinião pública os acontecimentos. E as eleições de 1982 se realizaram. Esperava o partido majoritário da Oposição, o PMDB, obter a grande votação nacional. Mas, para surpresa de muitos, pela vontade livre do povo, o PDS foi conagrado nas urnas como o partido majoritário neste País. Obteve a maior votação para o Congresso Nacional; fez a sua maior bancada na Câmara e no Senado; fez a maioria dos Governadores, dos Deputados Estaduais e o maior número de bancadas majoritárias dos Estados brasileiros; fez quase o dobro do número de prefeitos e vereadores em relação aos demais partidos. Pela outorga popular, este Congresso e as representações nas Assembleias Legislativas foram investidos do poder de eleger o Presidente da República. Este Congresso, consequentemente, passou a ter a responsabilidade maior na sucessão presidencial, munido que está de uma outorga popular. Cassar esta outorga é usurpar a vontade do povo; mudar a regra do jogo, no momento da sucessão, é, sim, o casuismo que tantos combatem. Restaurar o voto direto para Presidente da República é uma conquista, mas é preciso reestaurá-lo num momento em que isso não represente usurpação à vontade popular.

O projeto oferecido a esta Casa pelo Presidente João Figueiredo, que representa uma proposta de coroamento do seu próprio projeto de abertura política, coloca bem a revisão constitucional. Restabelece o voto direto para o próximo período após o já deflagrado; estabelece a eleição em dois turnos, extensivos às Câmaras Estaduais e Municipais; devolve prerrogativas ao Congresso Nacional; ajusta preceitos constitucionais a uma nova realidade brasileira.

O PDS, ao tomar uma posição majoritária nesta Casa neste instante, de não aprovar o restabelecimento já das eleições, está sendo primeiro coerente com o mandato e a outorga popular que recebeu. Em segundo lugar, estará assegurando a este País a tranqüilidade para a superação de sua crise, porque, lamentavelmente, esta é uma verdade que pode doer a muitos. As bandeiras levantadas pela Oposição, em 1982, de que procederia a mudança neste País, de que seus governos estaduais — que conquistou em Estados importantes — realmente promoveriam a justiça social, de que satisfaria seus anseios e suas aspirações, estas bandeiras, evidentemente, ficaram nos palanques e não foram levados para os governos. Muito se fala, desta Tribuna, em pesquisas de opinião pública. Mas elas, de uma forma geral, condenam de maneira veemente e impiedosa as administrações oposicionistas dos Estados.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^a vai deixar-me aqui de castigo?

O SR. ARMANDO PINHEIRO — No Estado de São Paulo, o que assistimos é a um desgoverno total, a uma falta de sensibilidade, a uma falta de competência, a um desajuste. Já existem também passetas contra o Governo, a tal ponto de já dizer o dito popular que o Palácio

dos Bandeirantes vai ser transformado num "protestódromo", na expressão popular.

Ainda há questão de dez dias verificamos que centenas de milhares de professores iam às ruas, iam ao Palácio clamar pela justiça social de que estão sendo vítimas naquele Estado. Eis que, num processo inflacionário de mais de 200%, já no último exercício, os professores e os funcionários tiveram apenas um aumento de 50%, sendo penalizados em seus bolsos com a perda de 150% do valor aquisitivo de seus salários. Daí o protesto, daí deixarem os seus sentimentos e os seus corações, voltados à educação e à criança, de lado, para irem pedir ao Governo justiça. O que ocorreu é que, naquela tarde em que os professores queriam o diálogo que lhes fora prometido, o Governador do Estado saía de helicóptero escoltado pela Polícia e pelas metralhadoras que ele tanto combateu. Do palácio foi para o Rio Grande do Sul, deixando cinco milhões de crianças sem escolas já há quinze dias, largadas a seu bel-prazer.

Esta é a democracia, esta é a justiça social que tanto pregaram. Portanto, Srs. Congressistas, no instante em que se cira perante esta Nação um enorme expectativa como se a eleição direta fosse a vara milagrosa para salvar todos os nossos males; no instante em que os governos gastam fortunas e mais fortunas, dinheiro do povo, na mobilização popular, juntando todos os melhores artistas deste País, todos aqueles que são campeões de IBOPE na comunicação social para juntar o povo em palanques, em comícios e passeatas, no sentido de tentarem demonstrar que a maioria do povo brasileiro quer diretas já, venho aqui dizer que a maioria do povo brasileiro outorgou poderes nas urnas ao PDS para legitimamente representá-los e, nesta qualidade, como fazem quase todos os países democráticos, eleger o Presidente da República.

Ouçó, com muita honra, o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Valmor Giavarina — Nobre Deputado Armando Pinheiro, V. Ex^a sabe muito bem da admiração que tenho pela sua inteligência.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Muito obrigado.

O Sr. Valmor Giavarina — V. Ex^a é um homem culto, V. Ex^a é um homem letrado e sabe jogar muito bem com as palavras, como todos nós estamos a assistir neste momento mais uma demonstração...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Não tão bem quanto V. Ex^a.

O Sr. Valmor Giavarina — ...mas quero dizer a V. Ex^a que cometeu dois pequenos enganos: primeiro, o PDS não foi majoritário nas urnas de 82, porque nós, da Oposição, do PMDB, sozinhos fizemos 5 milhões de votos a mais que o PDS, e as oposições reunidas, somaram 7 milhões de votos a mais do que o partido de V. Ex^a. Primeiro equívoco de V. Ex^a. O segundo, nobre Deputado, quando V. Ex^a afirma, querendo com isso legitimar o Colégio Eleitoral que aí está, que a opinião pública nacional elegeu este Colégio em 1982, V. Ex^a escorrega novamente. V. Ex^a há de concordar comigo em que fazem parte do Colégio Eleitoral também os Srs. Senadores, e 2/3 desses Senadores foram eleitos em 1978, pela antiga ARENA e pelo antigo MDB. Não foram eleitos agora. E mais: 1/3 desses Senadores foi nomeado pelo Sr. Presidente da República — são "biónicos" e não representam nada a não ser os interesses do Palácio. Mas quando V. Ex^a diz que o povo, vestido de amarelo, aparece nas praças públicas chamados pelos artistas, pelos atores, é somente por isso, V. Ex^a comete o terceiro grande engano. Fizemos já e repetimos um desafio a V. Ex^a ou a qualquer prócer da sua inteligência no sentido de que promovoa uma concentração popular para indiretas e leve todos os artistas deste Governo — e o maior artista dele, o maior de todos os artistas que este Governo tem... (Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem se manifestar.

O Sr. Valmor Giavarina — ...porque, ilustre Deputado, o prestidigitador também é um ator — levem o prestidigitador Paulo Maluf. Ele trará a massa à praça pública não para ovacioná-lo, mas para "ovocioná-lo". Muito obrigado. Deputado. (Palmas.)

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Nobre Deputado Valmor Giavarina, devolvo a V. Ex^a as gentilezas que me foram atribuídas. Mas quero lembrar que V. Ex^a não está, evidentemente, muito forte na aritmética. O PDS obteve exatamente dezessete milhões e seiscentos e sessenta e dois mil votos na eleição de 1982 e o PMDB obteve dezessete milhões, trezentos e vinte e seis votos. Se assim não fosse, nobre Deputado Valmor Giavarina, não teria o PDS 235 Deputados, nesta Casa, contra apenas 200 do PMDB. Portanto, V. Ex^a labora num grande e lamentável equívoco ao imaginar dados que não correspondem à realidade.

O Sr. Valmor de Luca — V. Ex^a gosta de números. Permita-me um aparte para ajudá-lo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Poco que V. Ex^a tenha um pouco de paciência. Sei que está um pouco transtornado, mas darei o aparte a V. Ex^a em seguida.

O segundo engano cometido pelo nobre Deputado Valmor Giavarina é quanto ao que procura realmente atribuir à grande massa que foi às ruas. E eu, a respeito, foi realmente admirável, foram os maiores comícios que já se realizaram neste País, indiscutivelmente. Mas lembro a V. Ex^a que pelo apanhado de um dos principais jornais que comandam a campanha pelas diretas, Folha de S. Paulo, ainda no último domingo, a avaliação foi de que aproximadamente 5 milhões de pessoas compareceram no conjunto dos comícios, número altamente expressivo. Mas quando se sabe que este País — e esta estatística abrangeu todos os Estados — possui mais de 130 milhões de habitantes, haveremos de verificar, sem sofismas, que se 5 milhões de habitantes foram às ruas, 125 milhões não foram. Portanto, é sofisma, sim, recusar nos impressionar através da mobilização dos correligionários do PMDB, PDT, PT, Oposição, enfim, quando funcionários públicos foram dispensados do serviço, carregados com condução gratuita, com incentivos, até com certas pressões para as praças públicas, com tudo isso esse número não nos impressionam, em função dos 125 milhões de brasileiros que não participaram dessas manifestações. (Muito bem!)

O Sr. Valmor de Luca — Nobre Deputado, eu gostaria inclusive de me congratular com V. Ex^a, porque traz ao debate, nesta tarde, a questão dos números do último pleito eleitoral. Exatamente para ajudar V. Ex^a na sua argumentação, eu lembraria, por exemplo, que na Amazônia, em 6 unidades administrativas, os partidos de oposição fizeram 20 mil votos a mais do que o partido de V. Ex^a. Mas a manipulação dos números, a vantagem do Colégio Eleitoral permitiu que o partido de V. Ex^a...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Eu gostaria que V. Ex^a mencionasse o total dos votos do PDS e do PMDB para a Câmara Federal.

O Sr. Valmor de Luca — O total dos votos no Brasil eu posso lhe mostrar. V. Ex^a quer apenas lembrar os 17 mil votos do PDS contra os 17 mil do PMDB. Mas V. Ex^a se esquece de que o partido obteve no Maranhão, por coincidência o Estado do Presidente do seu partido, 695 mil votos, que valeram ao PDS 14 cadeiras na Casa. Enquanto isso... V. Ex^a me permitiu o aparte.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Quero saber qual a votação dos dois maiores partidos. Qual o partido que obteve a maior votação?

Abril de 1984

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Quinta-feira 26 0741

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O orador tem dois minutos para terminar o seu discurso.

O Sr. Walmor de Luca — : Os mesmos 694 mil votos. Por exemplo, o PDT...

O SR. ARMANDO PINHEIRO — V. Exª está sofrendo. E o resultado final da votação? Qual o partido que obteve a maior votação?

O Sr. Walmor de Luca — Quem sofisma é V. Exª V. Exª está com medo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Qual o partido que está legitimado pela opinião pública brasileira? Qual é o maior partido nesta Casa?

O Sr. Walmor de Luca — V. Exª ocupa uma cadeira nesta Casa com 75 mil votos e em o aparteito com um mandato que me outorga 86 mil votos, ou seja, nós da Oposição temos, em média, 11 mil votos a mais do que V. Exª

O SR. ARMANDO PINHEIRO — V. Exª não respondeu e não responderá, razão pela qual concedo o aparte ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O Sr. Walmor de Luca — Quanto a isto, temos mais autoridade para falar, porque exatamente os números comprovam isto.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Exª tem um minuto para encerrar o seu discurso, Sr. Deputado.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Não posso encerrar sem ouvir o aparte do nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Mas não há tempo e solicito ao nobre Deputado Jorge Arbage não apartear-lo.

O SR. ARMANDO PINHEIRO — Concluo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. O nobre apartearante tentou, por todas as formas, mostrar dados parciais, o que veio reforçar a nossa argumentação, fato que procura esquecer, de que o PDS está legitimado não por cinco milhões de manifestantes, mas por dezessete milhões e seiscentos mil votos na urna sagrada, secreta, inviolável, para exercer, em nome do povo brasileiro, sua mairia no Colégio Eleitoral, complementar o processo de abertura do Presidente Figueiredo e com ele tentar uma composição com a própria Oposição, visando a atualizar a nossa Carta e restaurar, a partir de 1988, a eleição direta para Presidente da República. Mas não usurpando um direito já delegado pelo próprio povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com a palavra o Sr. Deputado Arthur Virgílio Netto.

O Sr. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma reclamação, tem V. Exª a palavra.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no art. 151 do Regimento Comum, invocando supletivamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, remeto a questão concreta à decisão de V. Exª, fazendo prévia referência ao art. 14 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, definindo as atribuições da Mesa Diretora, descreve o dever de promover a valorização do Poder Legislativo, a consolidação do seu conceito perante a Nação, com o objetivo inclusive de fortalecer as instituições democráticas.

Invoco, mais, Sr. Presidente, o art. 16 do Regimento Interno da Câmara, aplicável supletivamente: O Presidente — V. Exª, no caso do citado artigo tem — pelo in-

ciso 26, o poder de autorizar a divulgação das sessões desta Casa.

Sr. Presidente, ainda o Título XIII do Regimento Interno em referência confere à Mesa Diretora e a V. Exª o poder de polícia no âmbito do Congresso Nacional. Nesse sentido quero trazer ao conhecimento de V. Exª fato sumamente grave: os telefones diretos, instalados nos gabinetes de inúmeros Congressistas, inclusive no Gabinete 928, do Deputado que apresenta esta reclamação, estão impossibilitados de estabelecer comunicações mediante discagem direta à distância. Está havendo qualquer espécie de bloqueio, que sintomaticamente se reflete em diversos telefones instalados em gabinetes de Deputados e Senadores no prédio do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Moacyr Dalla, invoco, finalmente, o art. 285, que singelamente remete à competência de V. Exª a definição de questões relativas aos serviços administrativos da Casa. Se questão constitucional da maior gravidade não for aí identificada, ao menos V. Exª, com o espírito de justiça que tem caracterizado sua atuação à frente do Congresso Nacional, acolherá esta reclamação com fundamento no art. 285, que trago à consideração de V. Exª:

“As reclamações sobre irregularidades nos Serviços Administrativos deverão ser encaminhadas à Mesa, para providências dentro de quarenta e oito horas”.

Pela própria natureza da pane significativamente verificada, esta providência se requer imediata. Espero, com a reclamação, definindo fato concreto, perfeitamente fundamentado, as providências de V. Exª, informando mais que este Deputado procurou contato com a Companhia Telefônica de Brasília e nas últimas três horas tem batalhado pela restauração do seu direito de se comunicar com o restante do País.

Espero a providência da Mesa Diretora no sentido do restabelecimento do direito desta Casa de se comunicar com o País que representa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa vai diligenciar no sentido de atender às reivindicações de V. Exª E solicitará a um funcionário que procure o Dr. Paulo Afonso, para levar essa solicitação novamente ao eminente Presidente Flávio Marcellio, a quem, no caso, cabe tomar tais providências.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Netto.

O SR. ARTHUR VIRGLIO NETO PRONUNCIADA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PURIFICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é lamentável que vezes seguidas sejam reclamações e denúncias que nos levem a ocupar este microfone. Tenho a dar aos Srs. Senadores e Srs. Deputados mais uma informação dolorosa a respeito da arbitrariedade com que o Executivo está agindo, especialmente na área das comunicações.

Há uma organização tradicional em São Paulo, a TV Gazeta e a Rádio Gazeta, da Fundação Cásper Líbero, com um nome respeitável naquele Estado, embora não seja das maiores organizações de rádio e televisão deste País. Hoje o DENTEL, portanto o Executivo, determinou a lacração da Rádio e da TV Gazeta, lacração que foi executada provavelmente como amedrontamento às demais organizações de rádio e televisão.

Queremos daqui protestar, não apenas porque isso significa o cerceamento da liberdade de informação até fora da área das medidas de emergência, mas também

uma ameaça a todas as outras empresas de comunicação, especialmente de rádio e televisão e, finalmente, uma agressão ao Legislativo, pois, no momento em que a televisão e o rádio, onde se produz um programa da Abril Cultural, inclusive com repercussão de noticiário, programa jornalístico de grande audiência, momento em que isso ocorre, este Congresso perde muito da sua autonomia e da sua liberdade. Ele, que tem, pela lei, o direito até de convocar todas as empresas de rádio e televisão para a manifestação do Presidente do Senado e da Câmara — está na lei, e não o tem feito — encontra-se, no entanto, cerceado no seu dever, não apenas no seu direito, de transmitir à Nação o que ocorre nesta Casa.

O cerceamento, portanto, é mais uma violência, contra a qual protestamos juntamente com todos aqueles que, em todas as Nações do mundo, hoje, através de programas da BBC, da ORTF, da “Voz da América”, reclamam contra o abuso, contra o arbítrio, contra a violência que se instaurou aqui contra o direito do povo de ser, pelo menos, informado. (Palmas.)

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, para uma comunicação de Liderança.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos aplaudir a nobre Oposição brasileira em todo o momento em que, respaldada na Constituição e na lei, aqui comparece para dar seqüência à orquestração de tantas denúncias de fatos que, no seu entendimento, estão ocorrendo no País. Mas queremos também resguardar este mesmo princípio de direito constitucional e legal ao Governo da República, quando S. Exª procura, dentro dos limites da Constituição e da lei, dar cumprimento às medidas de emergência em vigor no País desde a sua decretação.

Hoje, dezenas de denúncias foram trazidas ao conhecimento da Casa com o propósito intencional de perturbar e de tumultuar os nossos trabalhos. V. Exª mesmo, ao mandar apurar a denúncia de que o Congresso Nacional estava cerceado, constatou, de imediato, em cima do lance, a improcedência dessa denúncia. Portanto, Sr. Presidente, se temos o direito de usar a prerrogativa constitucional e legal para fazer todo o tipo de denúncia que se desejar nesta Casa, que se respeite também o mesmo direito da Constituição e da lei em favor do Presidente da República e daqueles que estão dando execução às medidas de emergência decretadas pelo Governo Federal.

São estes os esclarecimentos que precisam ser dados, Sr. Presidente, nesta sessão, para que não se tumultue o nosso trabalho, quando estamos procurando colaborar com V. Exª para manter a dignidade deste Poder e dar-lhe o direito de decidir, pela livre manifestação dos seus integrantes. Não vamos permitir, Sr. Presidente, que esse processo infamante continue a ser deslançado apenas pelo propósito institucional de mudar a rota dos nossos trabalhos e levá-los para os caminhos do tumulto. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Amaral Netto, que já se encontra na tribuna.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente do Congresso, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a oportunidade que me deram, com as questões de ordem e as comunicações levantadas aqui, foi, talvez, a de ter um pouco mais de tempo para pensar na minha responsabilidade, que é a de todos nós. Eu já estive nesta tribuna, ou naquela outra, em ocasiões difíceis desde 63, 64, 66, 68 e, agora, em 84 e diria a V. Exª que não seriam 15 minutos, ou meia hora, ou uma, ou duas ou até um ano inteiro que me permitiriam en-

contrar um denominador comum para um discurso que...

O Sr. Paulo Mincarone — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AMARAL NETTO — Apesar da irreverência que pratico, gostaria de que não tivesse apartes, a não ser daqueles que fossem citados por mim, porque o tempo é muito pouco para que se possa expender a opinião de um homem cuja posição é tão difícil quanto a minha.

O Sr. Paulo Mincarone — V. Exª só tem falado sem apartes. Em todos os discursos nunca deu apartes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Deputado já registrou que não vai permitir apartes. Os microfones de apartes serão desligados.

O SR. AMARAL NETTO — V. Exª falou na hora errada, porque, na semana passada, cheguei a obter do Líder do meu partido meia hora do tempo oficial da Liderança, para que todos pudessem debater comigo aquilo que eu havia tratado antes, sem apartes. E aqui, nesta tribuna, fiquei não por meia hora, mas por 40 minutos, por deferência e bondade do Presidente naquele momento, respondendo apenas a apartes, sem colocar mais a minha opinião.

O Sr. Paulo Mincarone — Pela primeira vez.

O SR. AMARAL NETTO — Não é verdade, V. Exª sabe que este Deputado que aqui fala recebeu honroso convite de um companheiro seu e meu, o Deputado José Fogaça, para ir à sua terra, Porto Alegre, debater com 4 dos melhores debatedores deste País, o Deputado Alceu Collares, o Deputado Odacir Klein, o próprio Deputado José Fogaça e o representante do PT, o advogado Grimaldi. Este debate durou 3 horas perante uma audiência de mil e duzentas pessoas, todas elas contra mim. E tive oportunidade de daqui agradecer a todos o respeito que me dispensaram e até algum carinho com que fui tratado, apesar daquela diferença de opiniões tão grande postas na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Gostaria de dizer a V. Exª que, neste momento, sou parte de uma minoria — mesmo podendo derrotar a emenda, é minoria — que por mim se declarou no momento em que se estabeleceu a discussão das eleições diretas. Não cheguei hoje, não me converti ontem, não me abalei por princípios, não me abalei por tentações. Estou numa posição que é difícil, como estão muitos dos meus colegas. Diria a V. Exª que nesta posição em que me encontro, que repito não é das mais fáceis, tenho protestos a fazer tanto quanto os têm feito a Oposição. Sou radicalmente contra a censura, mas pratico o que digo, porque, ontem, convidado para um debate, pela Rádio Jornal do Brasil, num apartamento do Hotel Nacional, com o Deputado Freitas Nobre, nobre Líder da Oposição, o Deputado José Eudes e o Deputado Bocayuva Cunha, lá não fui a partir do momento em que o Sr. Luiz Machado, chefe do "Jornal do Brasil", nesta cidade, declarou-me que o debate, antes de ir para o ar, seria submetido à censura. Não me conformo, conscientemente, em ser censurado por ninguém. (Palmas.) Acho que é um grave erro que se comete, como entendo que este erro não nos beneficia, neste momento. Só nos prejudica, porque nos coloca sobre os ombros uma pesada carga para carregar. Mas diria a V. Exª que os erros são da própria condição humana. O que vou dizer agora não tem o objetivo de ferir ninguém, muito menos um homem que respeito, que é o Deputado Ulysses Guimarães, aqui presente. Presidente do PMDB e que carrega sozinho, através do tempo, uma cruz considerada impossível de carregar, no entanto, o próprio Deputado Ulysses Guimarães, dentro de toda sua coerência de hoje, foi obrigado muitas vezes a agir contra aquilo que hoje ele prega. Por isso eu justifico as incoerências de tantos. Vamos recapitular: em 1958, o

Ministro da Guerra, General Lott, a pedido do Ministro da Justiça, e com concordância de um Presidente democrata inquestionável, que era JK, mandou as tropas da 5ª Região Militar de Ponta Grossa ocupar com 3 mil homens, canhões, bazucas, metralhadoras e minas de baixo das pontes, a região cafeeira do Paraná, para impedir que apenas dois mil lavradores e duzentos e sessenta e quatro pequenos veículos se dirigissem ao Rio para pressionar a Câmara dos Deputados, exigindo melhores financiamentos e liberação do confisco cambial. Nessa época, o Presidente da Câmara era o nosso nobre colega Ulysses Guimarães. E, naquele momento, ele agiu como achou que devia, no sentido de que era uma providência que prejudicava os interesses da Câmara...

O Sr. Freitas Nobre — Fiz questão de apartar V. Exª para poder desautorizar a informação. Está presente o Presidente Ulysses Guimarães. Ele era Presidente da Câmara dos Deputados, o assunto era do Executivo, ele não autorizou absolutamente intervenção de tropa alguma. (Palmas.) E não o faria.

O Sr. Ulysses Guimarães — Não autorizei intervenção alguma. Como Presidente da Câmara dos Deputados, correligionário de V. Exª, a medida que tomei foi fazer que o próprio General Lott entregasse ao Deputado Tenório Brito a sua residência que tinha sido invadida. Esta foi a providência que tomei, como Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente de uma Câmara independente, (muito bem! palmas) e não esta que aqui está. Com todo o respeito que tenho por V. Exª, não fui ouvido, e se fosse, seria contra. V. Exª não pode usar esta tribuna para dar uma informação desta ordem.

O SR. AMARAL NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, vou tentar recapitular o que eu disse, porque parece que o Deputado Ulysses Guimarães não me ouviu bem. O que eu disse é que foi tomada a medida pelo Executivo. Eu não disse, em nenhum momento, que o Deputado Ulysses Guimarães pediu a medida. Jamais disse isso. Deputado Ulysses Guimarães, faça-me justiça da palavra do que lhe digo. Os Anais da Casa vão registrar minhas palavras. Eu não disse que V. Exª pediu aquela medida. O que eu quis dizer é que V. Exª não protestou. É diferente. O que eu quero dizer — e repito — nada tem a ver com a intocabilidade da sua moral política. Tem a ver com fatos. Meu nobre Presidente Ulysses Guimarães, temos sido atingidos aqui por aleivosias, insultos e infâmias de toda ordem, até mesmo nos discursos de V. Exª. Não estou usando adjetivos porque poderia citá-los, Deputado Ulysses Guimarães, o que não diminui meu respeito por V. Exª, mesmo porque, no dia 5 de abril, V. Exª com outros cinco parlamentares em 1964 tivessem saído de Brasília ao Rio para levar ao Comando da Revolução o Projeto de Ato Constitucional que previa a cassação e suspensão de direitos políticos.

O Sr. Ulysses Guimarães — Desejo dizer a V. Exª o que disse a propósito desse episódio, inclusive ao jornalista Carlos Castello Branco. Primeiro, eu não era Presidente, à época, do meu partido, o PSD. Segundo, o Presidente Ranieri Mazzilli havia-me pedido que, em idas eventuais ao Rio de Janeiro, eu o acompanhasse, para assessorá-lo em assuntos que dissessem respeito à situação existente naquele momento. Quero dizer a V. Exª que a minha posição foi a de não oferecer absolutamente nada que determinasse o procedimento daqueles que haviam vindo, a Revolução, ou o comando revolucionário. Não havia qualquer relacionamento pessoal. Minha posição sempre foi a de resguardar as prerrogativas deste Congresso, mesmo porque, àquela altura, vigendo a Constituição de 1946, o que se entendia era que o Congresso deveria tomar as providências que lhe fossem determinadas pela Constituição. Eu não proporia nunca qualquer medida naquela altura em que se queria resguardar, como era expectativa geral, o Congresso Nacional.

Entendíamos que o Congresso Nacional nunca poderia tomar qualquer medida que prejudicasse sua independência. Não poderia propô-la não a própria, nem seria aceita. De maneira que esta foi realmente a posição que tomei naquela ocasião. Não foi solicitada, nem oferecemos qualquer sugestão no sentido de um assunto que foi deliberado. Foi uma surpresa geral a do comandante revolucionário. Portanto, quero dizer que isso não tem qualquer assento na verdade, Deputado Amaral Netto. E havia até uma impossibilidade física, ou uma impossibilidade total, inclusive pela posição que ocupava para fazer isso. Estava no Congresso Nacional junto com o Presidente Ranieri Mazzilli, dizendo-lhe o seguinte: enquanto está na Presidência da República em função de ser o Presidente da Câmara dos Deputados, tem, acima de tudo, que interpretar a independência do Poder Legislativo. Esta é a situação. (Palmas.)

O SR. AMARAL NETTO — Repito a V. Exª, com o respeito que lhe devo — e disso tenho demonstrado o meu modo de ver sempre, de enfrentar em V. Exª um adversário determinado, duro, inteligente, capaz — que em nenhum momento estou movido por qualquer coisa que leve o Governo ou a Oposição nesta Casa a julgá-lo de modo diferente. O que estou querendo demonstrar é que nós todos fomos um pouco responsável por algumas coisas que aconteceram neste País. Quando me referi à ida de V. Exª ao Rio, Deputado Ulysses Guimarães, não disse que V. Exª era o único, não disse que era o Presidente. Quis dizer que V. Exª, em companhia de Pedro Aleixo, Arnaldo Cerdeira, Martins Rodrigues e João Agrippino, nosso companheiro aqui vivo e, tanto quanto eu, sobrevivente de 1964 (muito bem!) foram levar ao comando revolucionário as sugestões do Congresso para institucionalizar a Revolução. E não há nenhuma ofensa nisso. Absolutamente. Como não há ofensa em dizer hoje ao PMDB que, por ocasião da votação do projeto de anistia, talvez quase todas as lideranças se colocaram contra a votação, porque tinham medo de que os líderes mais fortes voltassem e ocupassem seus lugares. (Muito bem!)

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AMARAL NETTO — Não posso, nobre Deputado. Posso permitir o aparte, é lógico, a alguns Deputados Freitas Nobre e Ulysses Guimarães. Quero que V. Exªs me deem esse direito, como um daqueles dessa minoria nacional tão anunciada por V. Exªs...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado Amaral Netto, V. Exª tem 3 minutos para terminar o seu discurso.

O SR. AMARAL NETTO — Pois bem, quero lembrar a todos que faço parte daquela minoria — como diz a Oposição — de 10 a 12%. Não me esmaguem também na tribuna, porque aqui me resta somente a determinação e a coragem, que nunca me faltou, entre os meus muitos tantos defeitos, de lhes dizer que a mim me impressionam as manifestações populares, que a mim me impressionam as palavras dos grandes líderes da Oposição, que a mim me impressionam as demonstrações feitas aqui, que a mim me impressiona a boa vontade daqueles que querem uma mudança já. Eu quero uma mudança depois. E sendo assim, tanto quanto eu respeito V. Exªs, exijo que V. Exªs me respeitem (palmas). E digo a V. Exªs que a minha atitude é a daquele que acha que o Governo é incompetente e não soube agir com as medidas de emergência; que o Governo praticou medidas de emergência que levaram o ridículo a ele e a nós, quando a emergência que deveria existir seria aquela que levei ao Presidente Moacyr Dalla em janeiro e que a Constituição prevê. As Forças Armadas brasileiras não são somente fiadoras do Executivo, são fiadoras do Judiciário e do Legislativo. As Forças Armadas brasileiras têm a missão de defender os Três Poderes. Nós nos acostuma-

mos lá e cá a uma guerra que não pode levar a nada, que diz respeito mútuo. E, em janeiro, quando levei ao Senador Moacyr Dalla a minha ideia, ela foi condenada e criticada. Era que, usando o texto da Constituição, o Senador Moacyr Dalla requeresse ao Ministro da Justiça tropa federal para, sob o seu comando, Senador-Presidente, garantir este Congresso. Isso se faz nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suíça e na Holanda. Todos os líderes lhe disseram: Isso é uma submissão. Não é verdade, é usar o direito que temos de pedir às Forças Armadas, ou melhor, não pedir, chamá-las a garantir este Poder, porque V. Ex^{ts} sabem que os provocadores não são só a direita e não são só as esquerdas, estão em todos os matizes. E, se quiserem reduzir este País mais uma vez, vão fazê-lo, porque as minorias, nesses casos, comandam as maiorias.

Sr. Presidente, vou encerrar meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a a benevolência e, também, aos Deputados Freitas Nobre e Ulysses Guimarães, pelos quais tenho o maior respeito, terem-me apartado.

O Sr. Freitas Nobre — V. Ex^a há de me permitir dizer que estava respondendo à Nação e a esta Casa e não ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eminentíssimo Líder Freitas Nobre, o tempo do orador está esgotado. S. Ex^a não pode mais conceder apertes.

O SR. AMARAL NETTO — Vejo que V. Ex^a, Deputado Freitas Nobre, não me dá a reciprocidade do respeito e da admiração. Lamento-o, enormemente, nobre Deputado, porque acho que democracia é coisa diferente. Democracia é o meu reconhecimento do direito de V. Ex^{ts} fazerem o que estão fazendo. E democracia também tem que ser o reconhecimento de V. Ex^{ts}, quando exerce o meu direito. E, hoje, aqui, custe o que custar, estarei presente para responder "não", com a maior consciência que tenho. (Palmas e apupos; apoiados e não apoiados.)

O Sr. Djalma Falcão — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Com fundamento em que artigo do Regimento levanta V. Ex^a uma questão de ordem?

O Sr. Djalma Falcão — V. Ex^a, Sr. Presidente, está fazendo uma exceção quanto à minha questão de ordem, o que não fez com relação aos demais parlamentares. V. Ex^a, até então, a ninguém pediu invocar artigo do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a então tem a palavra para levantar questão de ordem, nobre Deputado.

Há vários oradores solicitando à Mesa oportunidade para falar; inclusive V. Ex^a esteve aqui várias vezes pedindo oportunidade para ocupar a tribuna. Então, às questões de ordem, se forem fundamentadas regimentalmente, terei o máximo prazer em responder.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu me cingi à letra fria do Regimento Interno, pois cabe ao Presidente zelar pela dignidade do Poder e pelas prerrogativas dos seus membros. Entendo também que cabe a V. Ex^a zelar pela verdade dos fatos aqui no Congresso Nacional, porque os Anais do parlamento são uma fonte perene para a História e não podem ser infestados de inverdades, pelas inverdades trazidas nesta tarde pelo Deputado Amaral Netto, pelas inverdades a respeito da anistia. A verdade a respeito da anistia é uma só. As Oposições queriam uma anistia ampla geral e irrestrita. Não queriam a anistia capenga enviada pelo Governo. Quanto à figura do Presidente Ulysses Guimarães, é preciso que se tenha

respeito a um homem que é um símbolo da dignidade cívica deste País.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas...

O Sr. Wilmar Palis — Nobre Deputado Márcio Santilli, antes que V. Ex^a inicie sua fala, poderia permitir-me alguns minutos do seu tempo, já que me inscrevi e não há tempo para se falar? Eu apelaria para, a fidalguia que o caracteriza.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Deputado Wilmar Palis, terei o maior prazer em ouvi-lo brevemente no decorrer do meu pronunciamento. E com muita honra que ouvirei V. Ex^a.

O Sr. Wilmar Palis — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Quero formular novamente um apelo aos Srs. Deputados para que tomem seus lugares. Vamos ordenar os trabalhos. A sessão está correndo normalmente. Vamos ajudar esta Presidência e mostrar a este País que estamos dentro de um regime em que o Parlamento vai decidir de acordo com a sua consciência.

Com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, aproxima-se o momento da grande decisão nacional. No dia de hoje o Congresso Nacional dirá se dispõe a abrir efetiva e definitivamente os caminhos da democracia ou se permanecerá subjugado ao poder ditatorial do Governo Federal. Este Congresso dirá se nasce ou se morre diante da confiança da população brasileira. Tenho certeza, a partir das posições manifestadas pela massacrante maioria do povo brasileiro nas ruas, de que hoje abriremos, sim, a picada da democracia na floresta negra da ditadura.

Sr. Presidente, são 130 milhões de vozes que clamam para que nossas vozes sejam aqui suas vozes; são 130 milhões de consciências que exigem de nós que sejamos capazes de interpretá-las e transformá-las em ação política prática e efetiva, são 130 milhões de olhares que, apesar da censura draconiana imposta à imprensa, haverão de identificar os que aqui estão ao lado da democracia e os que aqui estão ao lado da ditadura. São 130 milhões de sentimentos que apelam, neste momento grave que vive a Nação, para os sentimentos de 479 Deputados e 69 Senadores, que haverão de deliberar, hoje, sobre a realização imediata das eleições diretas no Brasil.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Pediria a V. Ex^a que aguardasse um pouco, pois já assumi o compromisso de ouvir inicialmente o Deputado Wilmar Palis.

Vimos em todas as cidades brasileiras a presença maciça, a presença pluralista, a presença serena, mas firme, da Nação brasileira a exigir o retorno à democracia. Foram concentrações inéditas que varreram do mapa político deste País a possibilidade de que esta ditadura permanecesse com um mínimo que seja de respaldo popular, de respaldo nacional. Isto, companheiros, tem uma importância histórica, que não pode ser desconhecida por nenhum de nós. Ou seremos fiéis à vontade da maioria da população brasileira, ou estaremos definitivamente no limbo daqueles que não tiveram a sensibilidade, a coragem e a competência de fazer com que se transformasse em fatos políticos aquilo que desejava sabida e majoritariamente a Nação brasileira. Como resposta a esta campanha majoritária, o Governo Federal brasileiro decre-

tou as chamadas medidas de emergência, que correspondem a um acirramento inédito nos últimos anos dos poderes ditatoriais que correspondem a uma volta atrás, a um recuo, a um retrocesso aos anos piores, aos anos mais negros que sucederam ao golpe de 64. E tenho certeza de que nem com todas essas medidas de emergência, nem com a prisão de Parlamentares, nem com a pancadaria que se abateu sobre os estudantes, nem com as perseguições feitas a Prefeitos e Vereadores, que para cá se dirigiram para manifestar sua vontade política, nem com tudo isso esse Governo poderá evitar que este Congresso marche em direção à Nação e construa os caminhos que nos levarão a um Brasil soberano, a um Brasil democrático, a um Brasil voltado para as necessidades da maioria da população.

Ouçõ o nobre Deputado Wilmar Palis.

O Sr. Wilmar Palis — Agradeço ao nobre Deputado Márcio Santilli, já que não houve oportunidade, devido às inscrições na mancha, de poder falar no meu tempo; e, como não haverá esse tempo, peço a benevolência de V. Ex^a para inserir parte de minha fala, a fim de marcar minha posição junto aos colegas honrados desta Casa, nos Anais da Câmara e para a História política deste País. Pedi a V. Ex^a, e V. Ex^a anuiu. Fiz um resumo, nesse breve espaço de tempo, para não me estender: Estamos diante de uma opção histórica. O momento exige, de cada brasileiro, uma definição política. Quando Hamlet, na sua perplexidade, se auto-interrogava sobre uma condição de vida — Ser ou Não Ser — tentava solucionar uma dúvida existencial, cuja solução seria o início de uma nova atitude comportamental. Mais do que uma alternativa hamletiana, a nossa escolha de hoje ultrapassa o âmbito individual. Neste momento, não é mais o indivíduo que se questiona. É a Nação inteira que se debruça diante de si mesma, de fidelidade servil, cega, inconsequente. Quando concorri a uma cadeira no Congresso Nacional, optei pelo PDS, não por mera velocidade, mas porque os princípios programáticos desse partido, que ainda estão de pé, e nos quais ainda me apoio, defendem os direitos inalienáveis da pessoa humana, da liberdade de não ter medo, de praticar o culto religioso, de sua inviolabilidade como cidadão; defendem os direitos inalienáveis de que o povo é fonte da soberania e do poder nacional e, por isso mesmo, é o agente e destinatário de toda a ação política; defendem os direitos inalienáveis de que o Poder Legislativo é a maior das criações dentre as instituições liberais, de modo que suas prerrogativas não podem situar-se abaixo de quaisquer outras; em síntese, defendem os direitos inalienáveis de que o homem não pode rejeitar os valores sagrados que regem sua dignidade. Por outro lado, nobre Deputado Márcio Santilli, é chegada a hora de se reconhecer também que velhas estruturas se revelam incapazes de tratar adequadamente os problemas nacionais; de que as entidades de classe, lideranças estudantis e sindicais exigem alterações substantivas no *statu quo* político, de que as grandes massas se reúnem em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro — enfim, em todo o País — para reclamarem, em praça pública, o direito de escolher livremente o supremo mandatário da Nação. (Muito bem! Palmas.) Fiel, pois, às tradições democráticas do meu País, e à filosofia do meu próprio partido, fiel, sobretudo, ao povo, de que sou representante nesta Casa, declaro alto e bom som: Voto Pelas Eleições Diretas, já — assumindo, perante a Pátria, perante a História, toda a responsabilidade deste meu gesto. Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Deputado. (Palmas.)

O SR. MÁRCIO SANTILLI — Deputado Wilmar Palis, a decisão de V. Ex^a enobrece o Congresso Nacional. Quero dizer a V. Ex^a que esta decisão já era esperada por todos nós. Em outros momentos, na votação dos fa-

migrados decretos-leis que aqui derrubamos, V. Ex^a tomou posição semelhante. Portanto, como democrata, em nome de todos os democratas deste Congresso e desta Nação, congratulo-me com V. Ex^a

Sr. Presidente, dizia eu que os Prefeitos e Vereadores deste País viram, presenciaram e vivenciaram as atitudes repressivas, que procuravam impedir a livre manifestação de sua vontade política. No entanto, apesar dessas ameaças e violências, os Prefeitos e Vereadores, a Frente Municipalista proclama sua resposta às medidas de emergência, ao arbítrio e à violência.

Passo a ler manifesto da Frente Municipalista, dirigido ao Congresso Nacional na tarde de hoje.

"Os municipalistas — Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas municipais — manifestam a sua vontade inquebrantável de que seja aprovada a Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas já para Presidente da República.

Temos a convicção de que o Congresso nacional, integrado pelos legítimos representantes do povo, acatará a decisão da praça pública, onde os cidadãos brasileiros decretaram o fim do colégio eleitoral e a necessidade de novos caminhos para nosso país.

Todos os partidos políticos de oposição e um expressivo segmento do PDS, cristalizado na coragem e firmeza dos parlamentares do grupo pró-diretas, expressam sua sintonia com os anseios nacionais. Sabem que a soberania do Congresso só poderá ser afirmada diante das medidas de exceção para inibir a vontade do Poder Legislativo, dizendo sim às eleições diretas-já.

A Frente Municipalista pelas Eleições Diretas, coordenada pelo Presidente da Associação Paulista dos Municípios, Vice-Governador Orestes Quêrcia, não se intimidou com os constrangimentos provocados pelas medidas de emergência e compareceu, cumprindo um dever e um direito, ao Congresso Nacional, em consonância com a vontade de seus municípios.

Acredita na sensibilidade, no espírito patriótico de todos quantos compõem o Poder Legislativo Nacional. Possui a absoluta certeza de que retornará levando ao povo de seus Municípios a boa-nova da aprovação da emenda das diretas-já.

Os municipalistas, principalmente neste momento da vida nacional, afirmam seu compromisso com a história política brasileira e reafirmam a decisão inarredável de participarem e estarem presentes em todos os acontecimentos da vida pública da Nação.

Brasília, 25 de abril de 1984.

FRENTE MUNICIPALISTA PELAS DIRETAS."

Nestes termos, Sr. Presidente, está lavrada a resposta clara dos nossos Prefeitos e Vereadores, das nossas lideranças municipais às medidas de emergência implantadas neste País.

Ouço o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Nobre Deputado Márcio Santilli, é necessário hoje que o Congresso Nacional possa separar entre aqueles membros do PDS os que vão votar favoravelmente, sem receio, pela democratização do País imediatamente e aqueles que temem as razões da democratização imediata. E, entre as razões do medo, do receio, está o próprio comportamento do General Newton Cruz. É necessário ir a fundo, para explicar por que o General Newton Cruz tanto teme e dá ordens para que não mais divulgue. Por exemplo, está no sucesso deste livro "Os Mandarins da República", do jornalista José Carlos de Assis, hoje o livro mais vendido no Brasil, segundo as listas de leitura, embora tenha aca-

bado de ser publicado, porque aqui está a verdade, que está sendo investigada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que examina o caso CAPEMI. Vou ler apenas uma frase, para que se note as razões do comportamento do General Newton Cruz. "Não deixava de ser intrigante o fato de que os contratos mais suspeitos beneficiassem o mesmo conjunto de pessoas ligadas entre si por relações de parentesco, tendo em comum não um pacto ideológico ou uma vinculação funcional explícita com o Serviço Nacional de Informações, mas um parente, o General Newton Cruz, como chefe da influente e poderosa Agência Central". Aqui estão mais alguns fatos, tal como o contrato fantasma com a empresa FAN, na faixa de 600 milhões de cruzeiros, relatado por esse jornalista como tendo o objetivo de financiar a campanha presidencial do General Octávio Medeiros, chefe do General Newton Cruz, e que graças a esta denúncia não pôde ir à frente. Não apenas o General Newton Cruz teme isso, mas o Ministro Antônio Delfim Netto, que sejam feitas revelações em profundidade neste Governo sobre o que se passa no Banco Central, em meio às autoridades monetárias. É necessário que fique bem claro: entre os membros do PDS, há aqueles que não temem que sejam reveladas essas verdades, que são os que hoje votarão de acordo com o anseio do povo brasileiro, pelas eleições diretas já.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a tem dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. MÁRCIO SANTILLI — V. Ex^a tem razão quando diz que existem nesta Casa inúmeros Deputados do PDS que não compactuam com esse estado de coisas. Tenho certeza de que, ainda hoje, momento desta votação histórica, teremos oportunidade de presenciar que estes mesmos Deputados do PDS, que sofrem pesadas pressões do Governo Federal, resistindo a elas, dando o seu sim à Emenda Dante de Oliveira, amanhã serão tratados pela Nação brasileira como heróis indispensáveis dessa vitória de toda a Nação brasileira. Diria mais: não tem o Governo Federal como se justificar, não têm os grandes chefes das grandes correntes políticas do PDS como pedir aos seus seguidores, a seus liderados que se sacrifiquem, que se suicidem numa votação da importância e do interesse nacional como é esta.

Tenho, portanto, certeza de que esses Parlamentares estarão não do lado das oposições, mas do lado da Nação brasileira, dando seu sim e virando a página desse período negro da história do nosso País.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar aqui a frase do poeta que diz que todo artista tem que ir aonde o povo está. Para aqueles políticos que julgam fazer da sua prática política sua arte, o recado é muito claro. Estejamos ao lado do povo, ao lado da história brasileira, e vamos romper os grilhões do atraso e da ditadura que ainda sufocam este país.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Curio.

O SR. SEBASTIÃO CURIO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente Srs. Congressistas, hoje, no Brasil, presencia-se um acirramento de posições na questão sucessória, com a campanha das oposições, manipuladas pelas esquerdas, visando a forçar uma antecipação no processo de redemocratização do país, que vem sendo conduzido pelo Presidente Figueiredo.

Também, se presencia um incitamento às paralisações das atividades industriais, gerando imensos prejuízos à economia nacional, particularmente na fase difícil que o país atravessa, o que evidentemente, aumentará as dificuldades sociais já existentes no seio da população brasileira.

Neste contexto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqueles que pensam no futuro do País preocupam-se com o clima artificialmente criado, que foge ao compor-

tamento político do homem brasileiro e para o qual necessário se faz refletir com isenção de ânimo.

É certo que o Governo do Presidente Figueiredo estabeleceu as mais amplas condições democráticas, e essas condições vêm sendo exercitadas plenamente por toda a Nação. Todavia, é preciso considerar que se torna necessário tomar iniciativas, e não somente segui-las ou aplaudi-las, que se deve respeitar o direito de seus concidadãos sem ter de se curvar perante imposições de grupos.

O debate e a análise acurada das opiniões são condições essenciais para que prevaleça o bom senso e a adequabilidade da solução a ser encontrada, a sua aplicabilidade e, também, a sua aceitabilidade.

O que se está presenciando é a polarização de idéias e posições, não se buscando a maneira prática e objetiva de se chegar a uma solução política. Em sentido amplo, a palavra política refere-se ao poder, quer compreendendo a luta pela sua conquista, manutenção e expansão, quer as instituições por meios das quais ele se exerce, ou mesmo a reflexão sobre sua origem, estrutura e razão de ser.

Não há sociedade sem lei, sem poder, sem uma instância investida da capacidade de dirigi-la e governá-la. Entretanto, este poder corresponde à necessidade de promover e assegurar os Interesses da Nação, que não são estáticos e fechados, mas, sim, dinâmicos e abertos e sempre sujeitos a transformações que visem a aprimorá-los.

Assim é que um sistema político só sobrevive na medida em que for capaz de se manter sem alterar suas características essenciais. Capacidade essa que é a própria medida de viabilidade do sistema.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui não se defende um sistema autoritário de governo. Nesta Casa, em que todos foram eleitos pelo povo, defende-se a institucionalização da democracia no seu sentido mais amplo, com todas as liberdades que lhe são inerentes, mas sem pressões externas de qualquer natureza que impeçam ou restrinjam a capacidade de cada um exercitar o seu livre arbítrio, de acordo com a sua consciência.

O que aqui se prega é a capacidade de uma solução pacífica dos litígios e das contendas, executada por meio das instâncias investidas da capacidade de interpretar as leis e de aplicá-las de acordo com a justiça.

Sabe-se que, na luta pelo poder, as eleições se constituem no mais racional processo para a sua conquista. Elas representam a mais livre manifestação do povo na escolha de seus dirigentes, permitindo, em seu bojo, as mesmas oportunidades a todos.

O sistema de escolha dos representantes do povo, em qualquer democracia, não obedece a processos rígidos e dogmáticos. Sua adequabilidade decorre das características intrínsecas da Nação, das circunstâncias do momento e da viabilidade de sua aplicação.

Não se pode esquecer que qualquer processo, por mais valioso que aparente ser, não pode prescindir dos direitos legitimamente adquiridos.

Este, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é o momento que a Nação brasileira vive. As eleições de 15 de novembro de 1982 escolheram, de conformidade com a legislação vigente no País, os seus delegados ao Colégio eleitoral que elegerá o futuro Presidente da República. Escolha legítima baseada na Constituição e que não foi contestada, na ocasião, pelos que hoje participam de marchas, comícios e toda a sorte de contestações.

A democracia é o regime político, por excelência, do diálogo. Entretanto é da oportunidade aberta pelo diálogo que se valem os seus inimigos para tramam contra ela.

Nunca será demais rememorar que um dos regimes democráticos mais evoluídos — o estruturado pela Constituição Weimar — gerou em seu ventre uma das mais monstruosas ditaduras de todos os tempos: o nazismo de Hitler, surgido de um movimento de massa, sem paralelo na história, e liderado por um líder carismático que tudo

prometia a um povo sofrido social e economicamente. Isto significa que a democracia se deixa ferir, muitas vezes, pelas armas que de boa-fé coloca à disposição dos seus inimigos.

Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Eduardo Galil — Deputado Sebastião Curio, quero homenageá-lo pela coragem, pela firmeza de posições. V. Ex^a vai à tribuna e fala a linguagem da franqueza, da sinceridade, da coerência. Eu me pergunto muitas vezes por que um Congresso, que se formou na sua maioria de Deputados, cuja eleição depende de outros Deputados — o voto de legenda é que nos traz aqui — porque a maioria do nosso partido, à semelhança de V. Ex^a pela coerência histórica daqueles que defendiam os princípios de 64, de tirar este País da corrupção, de tirar este País da desordem, de tirar este País do descalabro, por que essa maioria deve submeter-se a uma minoria que, na sua minoria também esteve agarrada às tetas do Poder, que estaduais, que federal. E ser aqui achincalhado não por uma espécie de dissidência filosófica, de princípios democráticos, mas por uma dissidência simples, de princípios não filosóficos, sim que chegaram, por vias transversais, ao Poder central — e assistir a um grupo minoritário, sob a chefia do vice-Presidente da República e regido, nesse sentido, pelo Sr. Armando Falcão, como se pudéssemos imaginar que a posição deles é pela democracia e não pelo golpe. A coragem de V. Ex^a lhe fará justiça nas eleições pelo apoio dos nossos correligionários, vereadores, prefeitos e deputados estaduais, que faltará a esses que querem servir de rãs, para atravessar o rio, com o escorpião nas costas. Não ser piadosos, não naufragar com essa oposição. Sobreviverão aqui os companheiros que reinam pela coerência e respeito à Nação, que honram a assinatura que deram ao Presidente da República para coordenar a sua sucessão pelo processo indireto, e que não mudam, porque não têm a hipocrisia de imaginar que só agora, quando o dinheiro do BANESPA, do BANERJ e dos bancos de Minas Gerais compraram os órgãos de informação, descobriram que o povo quer votar para Presidente da República. Minhas homenagens a V. Ex^a e a esses nossos companheiros leais e corajosos, que não se acovardam, que não se submetem (Apupos) e que não temem esse urro de quem não tem argumento nem coerência para se apresentar nesta tribuna, como V. Ex^a se apresenta, com personalidade e caráter.

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Nobre Deputado Eduardo Galil, agradeço a V. Ex^a o aparte que, sem dúvida alguma, é a expressão nítida do comportamento de V. Ex^a e, sobretudo, da sua coerência. Incorporo-o ao meu pronunciamento.

A atual democracia brasileira é uma das mais abertas e livres que o País já possuiu. Todas as oposições agem livremente sem quaisquer empecilhos. Neste momento, o Presidente Figueiredo enviou ao Congresso Nacional um amplo projeto de emenda à Constituição que a torna livre de restrições impositivas. O processo de redemocratização lento e gradual, iniciado no Governo do Presidente Geisel, vai chegando ao seu término livre de acobertamentos incompatíveis com as circunstâncias atuais e dentro da legislação vigente.

Necessário se torna evitar os principais problemas das democracias incipientes: o radicalismo; o ceticismo político; as tentações oligárquicas e carismáticas; e a fragilidade partidária.

O sistema de escolha indireto para a Presidência da República é tão democrático como o direto. A esse respeito cabe, aqui, uma rápida apresentação de números do que ocorre no mundo atual, quanto às suas aplicabilidades.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 160 é o número de países independentes, além de 22 unidades virtualmente independentes, 43 remanescentes coloniais e as divisões teóricas do Continente Antártico.

Dos países independentes (excluindo-se as Monarquias, os Estados comunistas e as eventuais ditaduras), há "eleições diretas", para Presidente da República, nos seguintes Estados, por ordem alfabética: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, São Domingos e Venezuela (na América); Áustria, França, Grécia, Irlanda, Islândia, e Portugal (na Europa); Líbano (na Ásia); e Botsuana, Gâmbia, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Tanzânia (na África), o que totaliza 21 países, onde um só é potência: França.

Em 28 Repúblicas há eleições pelo sistema indireto, a saber: Argentina, Brasil, Estados Unidos, Guiana, Suriname e Trinidad Tobago (na América); Alemanha Ocidental, Finlândia, São Marinho e Suíça (na Europa); Chipre, Coreia do Sul, Índia, Israel, Singapura, Síria, Sri Lanka, Taiwan, Turquia e União dos Emirados Árabes (na Ásia); África do Sul, Djibouti, Egito, Quênia, Rodésia e Transkei (na África), e Naum (na Oceania). Na sua maioria, são países importantes, economicamente.

— Conforme se vê, em unidade, ganham as eleições indiretas pelos escorre de 28 a 21.

— Em termos populacionais, as 21 unidades somam 230 milhões de habitantes, aproximadamente; e os 28, que adotam o sistema indireto, têm cerca de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes; e

— Nos países comunistas, embora tenham eleições conduzidas por único partido, o fazem de forma indireta e, em termos populacionais, os números se aproximam dos Estados que usam o mesmo sistema.

— Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tem-se o seguinte resultado: 3% da população mundial votam diretamente; e 70% da população mundial votam indiretamente.

Quase que corroborando esses dados apresentados, vejamos, sucintamente, o que ocorreu na história política brasileira, a partir de 1822.

Concedo o aparte ao Deputado Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade — Deputado Sebastião Curio, V. Ex^a se tornou político, mas, infelizmente, não deixou de ser um militar de informação, e a característica dos militares de informação é a daqueles que não conhecem a realidade do povo brasileiro. Quando V. Ex^a diz que são os partidos de esquerda que levam a campanha das diretas, V. Ex^a dá uma demonstração clara de que não vive a realidade deste País. V. Ex^a me deu o aparte. Tenho três minutos, se V. Ex^a me permitir.

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Pediria a V. Ex^a que fosse breve, porque tenho outros apartes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa advierte o nobre Deputado Sebastião Curio de que tem quatro minutos para terminar o pronunciamento.

O Sr. Ademir Andrade — Quem quer eleições diretas é o povo brasileiro, e quer eleições diretas porque quer o fim do regime militar que se implantou neste País; quer eleições diretas, porque quer liberdade (Palmas), porque quer democracia, porque a sociedade participando dos destinos desta Nação. É isto que o povo quer, e é isto que o povo haverá de conseguir, quer queiram, quer não queiram os militares da extrema direita, como V. Ex^a e os que estão hoje comandando o estado de emergência em Brasília. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Responderei a V. Ex^a, Deputado Ademir Andrade. Equivocou-se V. Ex^a ao dizer que não conheço a realidade do povo brasileiro. Sou um Deputado eleito pelo Estado do Pará, com muita honra, o Estado de V. Ex^a Deputado Ademir Andrade, V. Ex^a não tem a coragem de vir aqui debater comigo. Fiz uma observação a V. Ex^a no início da legislatura. V. Ex^a é um grileiro de terras.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito ao nobre Deputado Sebastião Curio usar linguagem Parlamentar.

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Eu estou respondendo na mesma linguagem.

O Sr. Ademir Andrade — V. Ex^a é um mentiroso, Deputado.

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Deputado Ademir Andrade, até hoje V. Ex^a não respondeu ao que eu falei de V. Ex^a quando V. Ex^a subiu à tribuna, teve um início de incurisima para não responder ao que eu disse. Respondeu. V. Ex^a chegou a Tucuruí sem nada, e hoje é dono da maior quantidade de terra em Tucuruí. Eu, Deputado Ademir Andrade, conheço a realidade do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Mesa faz um apelo a V. Ex^a, seu tempo está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Vou concluir. Deputado Ademir Andrade, eu não nego as minhas raízes de militar. As Forças Armadas são guardiãs da atual democracia. Se não fossem as Forças Armadas, Deputado Ademir Andrade, um comunista como V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Por gentileza, atenda à solicitação da Mesa, Deputado Sebastião Curio

O SR. SEBASTIÃO CURIO — Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, as acusações de V. Ex^a não procedem.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho muito orgulho de ser oriundo das gloriosas Forças Armadas, mas hoje sou um Deputado Federal eleito como toda a Oposição, com grande maioria de votos, no Pará.

Vejamos o que ocorreu a partir de 1822.

De 22 a 1889, os Chefes de Estado se sucediam de forma hereditária e os Chefes de Governo eram escolhidos por indicação dos Imperadores. A participação popular era diminuta, não havia eleições, porém o método tendia para a forma indireta. — Em 1891, foi eleito indiretamente Presidente da República o Marechal Deodoro, que renunciou, nesse mesmo ano, assumindo — indiretamente — o cargo o Marechal Floriano Peixoto, cujo governo terminou em 1894.

— De 1894 a 1930, foi o período em que as eleições não eram secretas, os votos eram de "curral" e as mulheres não votavam.

— De 1930 a 1934, como vencedor de uma revolução, foi o período de Getúlio Vargas, portanto sem eleições diretas ou indiretas.

— Em 1934, ainda Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, para um período até 1938, mas permaneceu no poder até 1945, quando foi deposto.

— Em 1945, o General Dutra foi eleito diretamente, e, pelo mesmo processo, em 1951, novamente Getúlio Vargas; em 1955, Juscelino Kubitschek; e, em 1961, finalmente, Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da República. O processo durou até 1964.

— Em 1964, o Marechal Castello Branco foi eleito indiretamente, e sucessivamente, o Marechal Costa e Silva, o General Médici, o General Geisel e o General Figueiredo, atual mandatário da República.

O Brasil teve, portanto, Sr. Presidente, nos últimos 93 anos: cinco presidentes eleitos diretamente e oito presidentes eleitos indiretamente. (A saber: Eleições diretas — Presidentes Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino, Jânio/João Goulart; e Eleições indiretas — Presidentes Deodoro da Fonseca/Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Figueiredo).

Tradicionalmente, os números apontam a forma indireta como a mais usual; até mesmo se se levar em conta o resultado de suas administrações, de maneira rápida, pode-se dizer que foram mal sucedidos, em sua maioria, aqueles eleitos por via direta, como, por exemplo: Getúlio Vargas — suicidou-se? Jânio Quadros — renunciou; e João Goulart, que abandonou o cargo em 1964.

Paralelamente, essa tradição, demonstrada pela forma indireta, vem ao encontro das seguintes razões, merecedoras de atenção:

— a distância entre o eleitor comum e o candidato, no processo direto, faz com que aquele veja imagens distorcidas, pelas máquinas eleitorais, nos homens em que deve votar. Tais fatos já ocorreram em nossa história, com resultados, em sua maioria, desastrosos e desnecessários de ser enumerados, pelo seu conhecimento público, e

— a extensão territorial, aliada à dispersão de habitantes em determinadas áreas, dificulta o contato e conhecimento íntimo entre candidato e as aspirações populares.

Ressalta-se que, quanto a essas razões, os partidos políticos, no momento de suas verificações junto ao povo, mesmo delegando funções, áreas e sensores, sempre se depararam com inúmeras dificuldades na interpretação das aspirações populares a nível nacional.

O processo eleitoral pelo método indireto vem ministrar essas dificuldades. Por meio dos elementos, já conhecidos no seio da massa e que, na verdade, são os seus próprios procuradores, além de levarem uma imagem real daqueles a quem representam, retornam com as informações necessárias às suas apreciações, e, nessas, as reivindicações e reclamos ficam sobejamente conhecidos. Um eleitor isolado e portador de determinada reivindicação terá, com certeza, maiores dificuldades de ser atendido do que um delegado cuja expressão, por exemplo, é de 1/686 (um seiscentos e oitenta e seis avos).

Ainda, sobre esse tema, Sr. Presidente, acrescento-se, além de todas essas razões numéricas, analíticas e de ordem prática, a "factual", ou seja: em 15 de novembro de 1982, cerca de 49 milhões de eleitores brasileiros foram às urnas e, de acordo com a legislação vigente no País naquele momento, outorgaram a todos nós, desta Casa, a investidura de exerceermos o sufrágio, através de um Colégio Eleitoral, para as eleições indiretas do próximo Presidente da República. Ainda mais, dos resultados apurados tem-se conhecimento de uma divisão quase meio a meio dentre os dois maiores partidos: PDS e PMDB, cabendo, no entanto, ao primeiro a maioria no referido Colégio.

Nessas eleições, anteriormente referidas, o percentual da votação em "branco" não foi expressivo. Muito menos de 10% (dez por cento) dos eleitores, por uma razão ou outra, assim se expressaram. O grande percentual restante conhecia perfeitamente que estava votando, por via indireta, no próximo Chefe da Nação.

Cabem, portanto, pelo menos três indagações, nesse momento político, a saber:

— Se outro grupo de políticos contasse com a maioria no Colégio Eleitoral, formado em fins de 1982, haveria, hoje, o mesmo entusiasmo pelas eleições diretas?

— Qual a razão da verdadeira luta, que se observa, para, nas próximas eleições gerais, se conseguir uma maioria?

— Quanto ao aspecto ideológico em funcionamento, ter-se-ia condições de avaliações precisas do futuro do País, submetendo a Nação, de forma abrupta, a toda essa mudança intempestiva? Realmente, tais modificações — ainda sem um conhecimento exato de seus objetivos — resolveriam, aclarariam ou mesmo solucionariam os problemas nacionais, cujas razões, em verdade, são extensões dos problemas mundiais?

A resposta a essas questões exige que se medite muito, colocando, de antemão, os interesses nacionais como o escopo principal em hipóteses iniciais...

Apenas colocando, nesta fase por que o País passa, dentro do calendário cristão, relembre-se um fato de eleição direta, talvez o mais famoso e injusto da história da humanidade, promovido por Pôncio Pilatos — a autoridade investida para a decisão, no momento.

A Nação brasileira não pode ficar no maniqueísmo político. Urge encontrar uma solução que atenda aos interesses do País.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, resta dizer que, em qualquer processo democrático, a vontade predominante (por tudo que se sabe, se apreende e se defende) sempre será a da maioria e, nesse caso, em 15 de novembro de 1982 o povo brasileiro escolheu seus legítimos representantes para a eleição do futuro Presidente da República.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Ademir Andrade — Pela ordem, Sr. Presidente. Fui citado e, nos termos do Regimento, pediria a V. Ex* a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex* amparo regimental para solicitar a palavra. Dispõe de cinco minutos, não podendo ser apartado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Agradeço a V. Ex* Lamento profundamente ter de dizer que cheguei realmente a Tucuruí, em 1975, e hoje sou dono de 96 hectares de terra. Imagine, Sr. Presidente, são as terras que tenho. Passarei aqui, neste instante, ao Deputado Curio, uma procuração para torná-lo dono das terras que eu tenho em extensão superior a 96 hectares. Minhas terras são legitimadas. Mas o Deputado Curio foi eleito com o dinheiro dos garimpeiros, com 1 bilhão e 300 mil, tirados dos garimpeiros de Serra Pelada, aos quais ele deve obrigação, e hoje deveria estar dando cobertura às suas lutas, não só de Serra Pelada, mas de todos os garimpos do Pará. No entanto, ele vive protegendo os empresários que ganham alvarás de terra em todo o nosso Estado, perseguindo os posseiros e padres da região, que lutam pela reforma agrária e que lutam pela justiça social na Amazônia, Sr. Presidente. Portanto, lamento ter de declarar que o Deputado Sebastião Curio mentiu nesta tarde, como mentiu outras vezes nesta Casa.

Muito obrigado a V. Ex*

O Sr. Sebastião Curio — Sr. Presidente, meu nome foi citado. Peco a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Mas quero fazer um apelo a V. Ex* no sentido de que mantenha o nível dos debates, porque esta é uma sessão histórica, em que precisa prevalecer a dignidade. (Muito bem! Palmas.) É necessário paz e harmonia.

V. Ex* tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por ser uma sessão histórica, concordo com V. Ex*: não deveria ter sido baixado o seu nível. Mas foi iniciativa do Deputado Ademir Andrade. Cometi algum equívoco aqui, Sr. Presidente. Primeiro, disse que ele é comunista. Os comunistas estão ofendidos com isso, porque ele é da esquerda, da esquerda escocesa do copo de uísque.

Sr. Presidente, eu provo perante a Justiça que ele é grileiro de três mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem os seus lugares para a boa ordem dos trabalhos. Por gentileza, Srs. Parlamentares, observem o nível dos debates.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Sr. Presidente, fui eleito pelo povo do Pará. Não foram contados nem os votos de Serra Pelada. Portanto, não procedam as acusações do Deputado de que eu fui eleito com o dinheiro

dos garimpeiros. Nenhum político faz campanha sem recursos financeiros, porque tem que propiciar ao seu Veículo gasolina para o carro, tem que mandar fazer cartazes etc. Mas é uma inverdade o que diz o Deputado Ademir Andrade, que é agitador no sul do Pará, provocador e incentivador de invasões de terras. É da pior esquerda que existe, a esquerda escocesa do copo de uísque.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Aviso aos dois Deputados que seus discursos serão censurados.

O Sr. Freitas Nobre — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE — Sr. Presidente, há interesses na perturbação desta sessão. Temos de alcançar o objetivo dela, que é a votação, e, em razão deste fato evidente, dirijo apelo aos meus companheiros para que voltemos às nossas poltronas, aguardemos a continuidade dos trabalhos e estamos certos de que aqueles que têm consciência perante a Nação, consciência da sua responsabilidade, saberão responder, pelo voto, pelas eleições diretas, agora.

Vários companheiros respeitáveis do PDS estão aqui para votar conosco a Emenda Dante de Oliveira. Permitamos que aqui continuem e aguardem a ocasião em que manifestarão a vontade do povo através dos seus votos.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Agradeço a V. Ex* a colaboração e reitero o apelo para que os Srs. Deputados tomem os seus lugares, a imprensa se mantenha no lugar que lhe foi reservado e a televisão, por gentileza, deixe o plenário livre.

Concedo a palavra ao nobre orador, o Deputado José Eudes, que já se encontra na tribuna.

O SR. JOSÉ EUDES (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, conheço de longa data o nobre Deputado Ademir Andrade. É um dos mais brilhantes, ilustres e combativos Parlamentares da safra que surgiu em 1982. (Palmas.) Seu denodo na luta e sua opção pelo povo falam por si só, independentemente de qualquer palavra.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar indago a V. Ex* se consta na lista de presença desta sessão o nome do Sr. Paulo Salim Maluf, ou se, seu nome está marcado com o ponto de ausência. Isto interessa saber, porque esta sessão é um registro importante para a História. É fundamental que saibamos se está na lista dos presentes, se se encontra tentando exercitar o direito do mandato para o qual foi eleito o Sr. Paulo Salim Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nobre Deputado, não temos a lista de presença dos ilustres Deputados. Temos aqui o registro do número de Deputados. Vou solicitar à Mesa, e informarei a V. Ex* dentro de poucos minutos.

Continua o orador com a palavra.

O SR. JOSÉ EUDES — Hoje, dia 25, o povo português comemora o fim da ditadura salazarista. Os laços que unem Portugal e Brasil podem, na tarde e na noite de hoje, sugerir que o povo brasileiro passe a comemorar o fim da ditadura no Brasil, e igualmente estaremos — os povos português e brasileiro — livres de ditaduras das mais violentas que oprimiram por tanto tempo cada uma das nossas nações.

SR. PRESIDENTE, Srs. Congressistas, apesar do imenso clamor da Nação pelas Diretas Já, ainda se cogita da continuidade do processo de sucessão indireta. Descubra-me como Deputado Federal portador de um estranho passaporte que me confere o acesso a esse exótico

co "pafs" de nome Brasília. Aqui temos um Presidente exilado na África, um Ministério econômico em Washington, um Ministro de Exército em Santiago e, dizem muitos, um Chefe do SNI na Escócia. Uma ridícula Babel, que parece convencida de que a política não é senão um jogo pavloviano de repreensões e afagos paternalistas.

Enquanto isso os "radicais", do PC do B a Sobral Pinto, passando pelo conjunto da oposição brasileira, unem-se ao povo, na defesa do simples e antigo sufrágio universal, direto e secreto, para a eleição à Presidência da República. Um velho direito que nos foi usurpado "temporariamente" há vinte redondos anos.

Somos uma Nação de 484 anos de autoritarismo, com brevíssimos períodos de semi-liberdade. E hoje reunimos multidões que empalidecem, num dia, anos de uma política de terror, apoliticismo e silêncio.

Restam dúvidas quanto à aprovação da Emenda Dante de Oliveira? Que não restem dúvidas sobre eleições Diretas Já. Sua derrota, hoje, seria uma radicalização de Brasília contra o Brasil. A resposta não tardaria.

O Colégio Eleitoral (vale dizer o regime militar) foi derrotado pela supremacia de candidaturas espúrias como as de Salim Maluf e do Coronel Andreazza; foi ferido mortalmente na Candelária e enterrado no Vale do Anhangabau.

Muitos poderão se perguntar por que não Aureliano Chaves desde o princípio? Afinal, seria um candidato com alguma popularidade, que modernizaria o sistema erigido em 64. E podemos observar, pelo seu staff de campanha, integrado por homens como Geisel, o General Meira Mattos e o ex-Ministro (de triste memória) Armando Falcão, ser Aureliano homem de absoluta confiança da autônoma Revolução de 64.

Mas não temos homens estadistas no Planalto. Temos homens acusados por seus próprios erros e incompetência. Temos estrategistas. E guerras se perdem, diriam os argentinos.

A abertura como estratégia política de atualização do modelo construído na ESG só sobrevive hoje no Colégio Eleitoral. O Brasil exige novos caminhos.

Com o apagar das luzes das emergências, o Governo Federal realinha a matriz de seu pensamento político. Insite, a despeito de uma Nação indignada e pacificamente rebelada, na manutenção de sua tutela autoritária sobre o País.

Cresce em atualidade a famosa frase de Giordano Bruno sobre a ingenuidade de se pedir aos poderosos que abram mão de seus poderes.

Hoje, empolgado pelo autoritarismo vigente nesta Capital, o que impediria que o próprio General-Presidente se permitisse cogitar de não aceitar a decisão soberana do Congresso Nacional? Como ficam, diante disso, os arautos do bom senso e do entendimento?

Ouçõ o Deputado José Genoíno.

O Sr. José Genoíno — Nobre Deputado e companheiro José Eudes, não poderia deixar de incluir no discurso de V. Exª uma pequena colaboração. V. Exª, com lucidez, aborda com muita razão que o desejo do povo brasileiro por diretas-já é um desejo profundo de um povo que quer ser o agente principal deste País, de um povo que quer uma democracia para as multidões, com transformações profundas de ordem econômica e social. E muito bem mostra V. Exª que o dilema que está colocado diante do povo brasileiro não é o de escolher a manutenção de uma ditadura ou de uma ditadura modernizadora. O que o povo quer é escolher o caminho da liberdade efetiva, que só poderá se traduzir em realidade pela vontade dos milhões que transformaram as praças e as ruas na verdadeira legitimidade deste País. Para que esses anseios se transformem em realidade, isto depende em grande parte da posição e do voto de todos nós, Parlamentares, nesta tarde de 25 de abril de 1984. Obrigado, Deputado José Eudes.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Exª o aparte. Srs. Congressistas, teremos um longo dia de intensos debates, de emoções e muitas apreensões. Uma Nação esperançosa e em expectativa aguarda nossa decisão. Mas uma Nação participativa, vibrante na defesa de suas aspirações. Ontem à noite, nas principais capitais do País, o povo ganhou as ruas e, com alegria de um povo unido e solidário, rompeu ruidosamente o silêncio que se tentou impor.

A própria Capital Federal, sem tradições de manifestação popular, tornou-se ontem à noite palco de uma enorme festa do povo. Um povo que descobriu a alegria da solidariedade neste deserto de solidão. Enquanto isto, transtornado entre os carros com buzinas ligadas, desfilava um patético General, trazendo em suas mãos um símbolo deste Governo, uma *chibata*.

São dois brasis antagonicos. Um Brasil agônico e decrépito, que luta desesperado para continuar seu reino de autoritarismo, mandonismo e corrupção. E um novo Brasil emergente, rejuvenescido na força de seu povo. Ouço o nobre Deputado Pimenta da Veiga.

O Sr. Pimenta da Veiga — Deputado José Eudes, V. Exª tem inteira razão. Esta não é uma sessão rotineira do Congresso Nacional. Hoje, nós, Deputados e Senadores de todo o País, decidiremos o futuro da nacionalidade brasileira. A verdade é que o povo se cansou deste regime, da fome, da prepotência, da corrupção e da incompetência e elegeu como desaguadouro de suas esperanças o Congresso Nacional. Tenho a convicção de que este Congresso irá superar todas as ameaças, irá superar as diatribes de um General, despreparado e desqualificado, executor das medidas de emergência. Irá superar porque tem o apoio do povo. O Congresso está a um passo de sua consagração ou de sua desmoralização. E nós, Deputados e Senadores, dentro de algumas horas haveremos de aprovar a Emenda Dante de Oliveira. E aqui quero render a minha homenagem aos companheiros da Oposição que estão unanimemente presentes para dizer sim à Emenda. Mas quero também dizer do meu reconhecimento aos Deputados e Senadores do PDS que, vencendo todas as dificuldades, todas as ameaças, resolveram se apartar de um grupo palaciano que só quer o bônus do poder e optaram por ficar a favor do povo, votando pelas eleições diretas-já.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Exª o aparte.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os acontecimentos de ontem à noite, quando o General Newton Cruz, rasgando mais uma vez a Constituição que esse Governo tanto se arvorava em defender, e deteve com violência dois Deputados desta Casa, encerra importante lição. Ensina que o autoritarismo não tem outros limites senão nenhuma outra garantia diante do arbítrio. A mão que ontem golpeou o peito de um Deputado oposicionista poderá amanhã se abater sobre um Deputado da Situação que porventura divirja das orientações de seu Governo.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares da Situação que as humilhações e as pressões praticadas contra os pedesistas pré-diretas são reveladoras de que, em sua agonia, o regime militar perdeu qualquer medida. Em seu desespero, permite que um homem como o General Newton Cruz, um homem de atitudes irracionais, seja o executor de medidas de emergência, que visariam a garantir a ordem e a nossa segurança.

Sem dúvida alguma, vivemos um período delicado e instável de transição para um regime verdadeiramente democrático. Mas o regime militar (hoje em seu isolamento, quase um regime do Exército) só aceitará negociações de fato a partir de um fato concreto e absoluto: a ruptura da lógica perversa e viciada do Colégio Eleitoral, ou seja, a aprovação das eleições diretas-já. Qualquer negociação que prescindir desse princípio estará inevitavelmente aliando o povo da solução dos graves problemas nacionais. E, sem a participação popular, mesmo as opo-

sições se tornariam frágeis franjas liberais do núcleo continuista do Planalto.

Nós, congressistas, poderemos retardar as mudanças no dia 25. Mas jamais poderemos impedi-las. As tarefas de reconstrução nacional exigirão de nós humildade e perseverança, imporão a necessidade de reconciliarmos as instituições, transformadas e democratizadas, com um povo hoje bastante diferente. Poderemos eleger um Presidente diretamente e ao mesmo tempo retirar de si a autocracia conferida a este cargo nesses últimos anos. A Emenda Dante de Oliveira e uma Assembléia Nacional Constituinte podem ser nossas maiores contribuições para um processo de mudanças inadiáveis.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Luiz Henrique.

O Sr. Luiz Henrique — Nobre Deputado José Eudes, V. Exª se referia às medidas de emergência como clara e evidente demonstração de que o Governo está isolado; de que o grupo palaciano que ousa uma tentativa de sobrevida dentro do poder, repudiado pelo povo, se mantém no isolamento total e absoluto. Ao vermos as multidões se moverem nas ruas e praças, comparamos Brasília no panorama geográfico deste País, com uma ilha no Planalto cercada em oceano-povo por todos os lados; com o oceano-povo a pedir mudanças; oceano-povo a exigir a alternatividade do poder; oceano-povo a exigir o restabelecimento da democracia e da soberania do voto popular; oceano-povo a exigir uma transformação básica na orientação da política econômica e social; oceano-povo a exigir reformas estruturais de base — reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária, reforma financeira, reforma habitacional, reforma institucional, reforma da política de saúde. O oceano-povo cerca e assedia o Palácio e, por isso, o Palácio assedia este Poder, que representa com autenticidade o povo que está lá fora a dizer que não é mais possível continuar neste estado de coisas, que é preciso mudar e que a mudança se inicia por esta soberana decisão que o Congresso há de adotar com o voto da Oposição e também com o voto livre de Deputados do PDS por eleições diretas, já, por um novo Brasil e por um novo futuro.

O SR. JOSÉ EUDES — Agradeço a V. Exª o aparte. Prossigo, Sr. Presidente.

Nosso povo tem fome de comida, de saúde, de educação, de casa, de trabalho e de poder, para participar e decidir.

Diretas em 88 — 4 isto significa uma eternidade.

A tão apregoada Emenda Leirão chegou tarde e fútil demais. Oferece muito pouco, diante do tanto que avançou a mobilização popular.

Temos diante de nós um Nação de cidadãos, não de pedintes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Comunico ao nobre orador que dispõe de um minuto para terminar.

O SR. JOSÉ EUDES — Solicito a V. Exª que seja condescendente na contagem do meu tempo, já que fui interrompido no início do meu discurso, devido ao tumulto ocorrido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Exª tem razão. Prossiga.

O SR. JOSÉ EUDES — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, poderemos ter, diante de nós um 1º de Maio comemorativo de uma Nação que se reencontra, ou uma Nação indignada com suas lideranças políticas. Seria a completa desmoralização do Congresso Nacional, posto que a fogueira acesa pela insensibilidade de nossa classe política terá chammas insaciáveis e rancorosas.

Neste dia 25 não poderemos mudar o País, mas ao menos poderemos restabelecer Brasília como a Capital do Brasil.

Srs. Congressistas, em nenhum momento retiraria esses dados, o mérito e a importância da deliberação que hoje devemos tomar. Mas, para concluir, gostaria de lembrar que a Nação que nos assiste é sabedora de que a vitória do restabelecimento da participação popular na vida política do País, é parte inofismável da realidade presente. A pergunta que nos faz hoje o povo é, sim, se a vitória conquistada será aqui consagrada. Como se diz: ganhar, já ganhamos, resta-nos levar.

Concluo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, gostaria de perguntar mais uma vez a V. Exª se conseguiu saber a respeito das listas de presença ou seja, se se encontra presente a esta sessão plenária o Deputado Paulo Salim Maluf. Fico aguardando, na tribuna, a resposta de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A minha assessoria acaba de informar, nobre Deputado, que o nome do eminente Deputado Paulo Salim Maluf não consta da lista de presença do dia de hoje.

O SR. JOSÉ EUDES — Era o que queríamos saber.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra o nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao ilustre Líder Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB-SP. Seu revisão do orador.) Sr. Presidente, falará agora e representará o pensamento do partido o nosso companheiro Dante de Oliveira, autor da Emenda nº 05.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dante de Oliveira pela Liderança do PMDB.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA (PMDB — M. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, às dez horas de ontem, Brasília sintonizava o Brasil e os brasileiros através de uma sinfonia de buzinas, que saía, não dos automóveis, mas do coração de todos os brasileiros. Naquele instante, os 130 milhões de brasileiros rompiam a censura arbitrária imposta pelas medidas de emergência. A Brasília sitiada, cercada, ofendida, marcava o seu protesto, ao mesmo tempo em que se solidarizava com milhões de patriotas nossos que ocuparam, nos últimos meses, as praças e ruas, no maior movimento cívico já realizado na História deste País. Neste momento, gostaria de lembrar uma frase célebre de Berthold Brecht: "Dizem-se violentas as águas do rio, mas não se dizem violentas as margens que as comprimem".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta mobilização popular, que começou principalmente nos primeiros dias do mês de janeiro, foi menosprezada e criticada pelos donos do poder. Dizia-se que aqueles comícios eram dança de índio para fazer chover. E foi este movimento, que nasceu do coração e do sentimento mais profundo da nacionalidade, que tomou conta de todo este Brasil. Este movimento obteve uma coisa histórica neste País: *uniu amplos segmentos da sociedade civil e militar* (Palmas); conseguiu colocar na mesma mesa os segmentos mais responsáveis desta Nação; conseguiu uma unidade nacional nunca vista antes, ou poucas vezes vista na nossa História. Este movimento não pode ser tratado de qualquer forma pelo Governo, com menosprezo; não pode ser tratado na ponta das baionetas e dos fuzis. As idéias e os ideais do nosso povo estão no bojo deste grande movimento popular. Aqueles que são contrários devem travar essa luta no campo das idéias e dos ideais,

não na base da força, não na base da opressão, não na base da tirania.

Sr. Presidente, não há dúvida de que a coisa mais bela que ocorreu neste movimento cívico foi a energia despertada por 130 milhões de brasileiros, uma energia que não pode jamais esta Nação perder. Esta energia cívica é um patrimônio do povo e da Nação. Temos de procurar dirigi-la para vencermos essa grave crise econômica, social e política que atravessamos. É uma energia cívica que não pode ser barrada; ela tem de ser canalizada pelos setores responsáveis da Nação, os partidos políticos, os setores do Governo, os setores militares e, principalmente, por este Congresso Nacional, onde se espelha a vontade da Nação, seja nos partidos de oposição, seja no do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pudemos observar, nesses últimos meses, que a força que esse movimento tomou, neste País, não foi apenas pelo simples fato de o povo desejar trocar o João pelo Manoel, no plano institucional da nossa luta política: o fator mais rico que fez com que o povo brasileiro saísse de suas casas para defender suas próprias casas, é o profundo sentimento de mudança do modelo econômico-social que nos foi imposto de 64 para cá, à revelia do nosso povo. E a situação que mais nos preocupa é a situação-limite a que se chega neste País. De um lado, o povo consciente, cónscio das suas responsabilidades cívicas, de forma pacífica e ordeira, demonstra à Nação o rumo que quer seguir, o rumo que deseja na procura de um Governo que lhe dê garantias, na procura de um Governo que lhe dê segurança, na procura de um Governo que lhe aponte rumos, que lhe aponte objetivos nacionais concretos no plano econômico, no plano social, de outro, o Governo só, isolado querendo se manter a ferro e fogo. Esta Nação é rica, possui tudo. Só lhe falta um Governo democrata, patriota, honesto, para colocá-la de acordo com o seu verdadeiro e grandioso destino.

Portanto, Sr. Presidente, a grande tarefa de todos nós, brasileiros, hoje, é conseguir fazer com que a energia cívica dessa reivindicação política seja conduzida para a grande tarefa de todos nós, que é a da reconstrução da nossa Pátria, a grande reconstrução nacional, que todos desejamos fazer. E foi para tentar materializar essa vontade que eu sentia, desde a campanha de 1982, no meu querido Estado de Mato Grosso, que a reivindicação máxima do povo era a conquista do poder central. Foi por isso que apresentei, em 1983, a emenda constitucional nº 5, simples, como simples é o povo brasileiro, direta, como é também o sentimento de toda a Nação, que quer restabelecer as eleições diretas para conquistarmos um novo pacto social do poder, que espelhe a vontade da maioria dos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Congressistas, neste momento, quero lembrar, a esta Casa e a toda a Nação, que ao longo da tramitação desta nossa emenda, nunca nos agarramos a ela porque fosse nossa e porque fosse do nosso partido, o PMDB. Ao contrário, utilizamos esta tribuna para, no mês de março, dizer a toda a Nação que o que desejávamos eram as eleições diretas para já, como saída política, como saída pacífica para os graves problemas nacionais. E estávamos dispostos a votar em qualquer emenda, viesse de onde viesse, e que o Governo tinha uma oportunidade histórica de promover o reencontro da Nação com o Estado, do povo com o Governo. (Palmas.) E, se assim fosse, estaríamos dispostos a votar no projeto do Governo, se ele fosse mais viável e se atendesse ao grande desejo e à grande aspiração nacional. Assim foram, ao longo da tramitação, os nossos debates com o Grupo Pró-diretas — a quem, neste momento, rendo a mais profunda homenagem — que deu, ao longo desse processo, uma demonstração de coragem cívica, com todas as pressões e opressões que vieram do Planalto, mantendo seu compromisso, não

conosco da Oposição, mas o compromisso solene com a Pátria e com o povo. (Palmas.) E, além de ao Grupo Pró-diretas, temos de render homenagens também a uma dezena de Parlamentares do partido do Governo, que não atuam diretamente no Grupo Pró-diretas, mas fazem parte desta grande corrente de libertação do nosso povo, de libertação da nossa Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o que preocupa a Nação, no dia de hoje, é que o Congresso Nacional tem em suas mãos uma decisão histórica, que vai definir os destinos de nosso povo. O Congresso Nacional é olhado hoje por toda a Nação, ele não pode humilhar, trair o desejo desta Nação, não pode virar as costas ao povo, porque, no dia em que fizer isso, estará dando um tiro no ouvido da democracia, pois é o Congresso Nacional um dos Poderes mais importantes para a consolidação do processo democrático. Sua desmoralização não interessa aos democratas; ela só interessa às forças fascistas, que querem mantê-lo em situação humilhante, em que não tenha o menor poder para decidir os destinos políticos desta Nação. (Palmas).

Preocupa-nos também, Sr. Presidente, uma outra instituição que deve ser preservada por todo o nosso povo. Falo agora das Forças Armadas brasileiras, que não podem e não devem deixar-se levar por aqueles que querem tornar o poder eterno, por aqueles que querem permanecer no poder *per omnia seculum seculorum*. As Forças Armadas são um patrimônio do povo brasileiro. Elas devem, neste momento histórico, aprofundar as raízes e os laços com o povo brasileiro. Elas não podem voltar-se contra a Nação. Elas não podem voltar-se contra o povo. (Palmas). Elas não podem voltar-se contra a Pátria, porque é grave o momento, e elas têm de ter forças para defender a soberania nacional, hoje vilipendiada, pisoteada, vendida.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilson de Barros, nosso companheiro de bancada.

O Sr. Gilson de Barros — Deputado Dante de Oliveira, como coordenador da nossa bancada de Mato Grosso, em nome dos Deputados Milton Figueiredo e José Márcio Lacerda e do nosso preclaro Senador Gastão Müller, devo dizer que o Oeste inteiro ouve V. Exª, e o faz até por telepatia. Quando V. Exª fala nas Forças Armadas, nas mesmas Forças Armadas hoje transformadas em partido político que sustenta a corrupção e o desgoverno que aí está, é necessário que se diga aos Gregórios Fortunatos, hoje transmudados em Newton Cruz e Wálter Pires, clara e firmemente, como sabem fazer os mato-grossenses da raça e da estirpe de V. Exª, que para matar nem sempre são necessários canhões e metralhadoras, pois mata-se com uma bala calibre 22, com pau ou com pedra. A Nação quer votar, e ninguém deve impedir mais isso. Em nome do povo mato-grossense, queremos dar os parabéns a um dos seus mais queridos filhos. Receba, como mato-grossense, o nosso apoio para o que der e vier, neste instante decisivo para a honra da Nação brasileira.

O SR. DANTE DE OLIVEIRA — Muito obrigado, nobre Deputado Gilson de Barros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas quero afirmar, neste momento, que a Emenda Constitucional nº 5, que levou meu nome, não me pertence, nem ao PMDB nem aos partidos de Oposição; ela pertence a toda a Nação, a todo o povo brasileiro, porque traduz o sentimento, a angústia e, principalmente, a esperança de melhores dias para 130 milhões de brasileiros.

Sr. presidente, está em nossas mãos os destinos deste País. O Congresso Nacional, hoje, é alvo de toda a atenção nacional, e muito mais, representa a esperança da Pátria e do povo brasileiro. Está em nossas mãos a saída pacífica para os graves problemas econômicos, sociais e políticos que nos envolvem hoje. Está em nossas

mãos a própria sobrevivência desta instituição enquanto poder, respaldada pela opinião pública enquanto poder, que vem como tarefa histórica a consolidação da democracia brasileira. Está em nossas mãos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a soberania nacional, hoje violentada, conspurcada, pisoteada, negociada, humilhada, o que revolta todos aqueles que amam nossa Pátria, que amam nosso povo. Está em nossas mãos o futuro grandioso do Brasil, do Brasil-vida, do Brasil-educação, do Brasil-saúde, do Brasil amor, do Brasil fraterno, do Brasil justo, do Brasil livre, do Brasil democrata e do Brasil soberano. Hoje é o dia da vitória do povo, é o dia da vitória da Pátria, é o dia da vitória deste Congresso Nacional. Felicidades a todos os Congressistas! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Curió pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ (PDS — PA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tomamos conhecimento da explosão de uma bomba no DENTEL de Belo Horizonte. Os danos materiais estão sendo avaliados, e se desconhece, até agora, a existência de vítimas. Era a comunicação que queria fazer.

O SR. FREITAS NOBRE — Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se o fato é verdadeiro, a Oposição condena toda e qualquer violência e até admite já, porque não aceita a violência, que esta seja uma obra daqueles que desejam perturbar a tranquilidade pública. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As galerias não podem manifestar-se.

O SR. FREITAS NOBRE — Estamos interessados na restituição dos direitos democráticos ao povo, na reconstitucionalização do País, na devolução das regalias democráticas, e, portanto, qualquer violência, venha de onde vier, recebe a nossa condenação. (Palmas.)

O SR. SEBASTIÃO CURIÓ — Sr. Presidente, permite-me complementar. Nós também condenamos qualquer radicalização, mas é oportuno ressaltar que temos observado a radicalização nas rampas do Congresso Nacional e no salão do Congresso Nacional promovida por elementos da esquerda radical, que estão aqui com o objetivo de tumultuar. (Vaias.) As vaías da galeria devem ser de comunistas.

Era esta a nossa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, evidentemente a nossa intervenção não é para tecer comentários sobre as afirmações do Deputado Sebastião Curió, que está ansioso para que aqui nós nos encontremos em tumulto. Não responderemos a S. Ex^a nem às suas afirmações, que já são conhecidas nesta Casa.

Mas, só para falar sobre a comunicação que S. Ex^a fez, nós, do PDT, queremos dizer que condenamos qualquer ato de violência, tanto aqui dentro como lá fora. O nosso interesse, hoje, é o da Nação que aqui, como lá fora, tudo ocorra tranquilamente, como, aliás, vem ocorrendo em todo o País, quando alguns que falam em buscar a tranquilidade o que têm trazido é a intranquilidade ao povo brasileiro. É o que acontece hoje, em Brasília,

quando recebo a denúncia da prisão de líderes do Sindicato dos Bancários. Condenamos tal atitude e exigimos, se o fato for verdadeiro, que as autoridades competentes o apurem, para que os responsáveis sejam punidos, para que não aconteça neste País, mais uma vez, o mesmo que aconteceu com o atentado do Reicentro, cujos responsáveis até hoje não foram encontrados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência informa aos Srs. Congressistas que poderão permanecer no plenário, na próxima sessão, além dos parlamentares e ex-parlamentares, somente jornalistas credenciados e servidores requisitados para prestar serviços neste recinto. Assim, as demais pessoas que não se enquadram nessas categorias devem deixar o plenário na próxima sessão.

Está esgotado o tempo da sessão.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela ordem. Eu estava inscrito para falar sobre a Emenda Dante de Oliveira. Todavia, não tenho tido tempo para me pronunciar. Pediria a V. Ex^a que aceitasse como lido o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

(Discurso a que se refere o Sr. Djalma Falcão, em seu pronunciamento)

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as medidas de emergência vigentes em Brasília e em 10 cidades do Estado de Goiás na verdade foram decretadas com o objetivo de coagir o Congresso Nacional e, conseqüentemente, intimidar Senadores e Deputados Federais, para que não seja aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece eleições diretas, já, para a escolha do Presidente da República.

A História mostra, no entanto, que este Congresso reage com altivez sempre que o autoritarismo investe com violência contra a sua soberania.

Assim ocorreu em 1964, quando o Governo exigiu licença para processar um Deputado Federal; em 1975, ao repelir exigência descabida do General Ernesto Geisel; no ano passado, quando o General Figueiredo pretendeu intimidar-nos com as mesmas medidas de emergência, para forçar a aprovação do Decreto-lei nº 2.045, que impunha uma política salarial injusta.

Estou certo de que as medidas coercitivas, a despeito de sua violência, não conseguirão impedir a Emenda Dante de Oliveira, porque ela é, hoje, a aspiração maior da totalidade da Nação.

Em política, ninguém decide contra o povo. Por isso mesmo, não tenho dúvida de que os Srs. Congressistas preferirão, neste dia histórico, um voto em sintonia com a vontade quase unânime dos brasileiros.

Ontem, assistimos ao espetáculo desprimoroso e acintoso do cerco ao Congresso Nacional por tropas de choque do Governo. Deputados e Senadores foram desrespeitados nas suas prerrogativas de representantes da Nação brasileira.

Em nome das emergências, Brasília, a Capital da República, sede dos Poderes Federais e das missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, Brasília está situada, violando direitos e garantias consagrados na Constituição da República aos seus cidadãos.

É que vigora no Brasil um regime de mentira democrática. Ao invés de democracia, temos uma unitocracia, escondida atrás de biombos autoritários que ora se chamam "democracia relativa" ou "abertura democrática", neologismos ardilosos que mal dissimulam a verdadeira face do regime.

Democracia, Sr. Presidente, como a verdade, não admite meios termos. Há ou não há.

Na França, ainda recentemente, os caminhoneiros bloquearam as estradas, provocando a paralisação total da vida francesa.

Não se tem notícia de que o Governo do Presidente François Mitterrand tenha mandado as Forças Armadas do seu País reprimirem.

A maioria da Câmara dos Deputados e do Senado da República não permitirá que isso aconteça, porque, se o permitisse, trairia a Nação.

Alagoas, cujo nome a figura gigante e imortal de Teotônio Vilela sublimou na luta libertária, não faltará ao Brasil, nesta hora crucial de sua História.

Por isso, com seu representante, estou aqui para dizer, como disse Teotônio Vilela, que a aprovação da Emenda Dante de Oliveira significará a vitória da Nação, e a vitória da Nação não pode ser considerada uma derrota do Estado.

Aprovaremos a Emenda que propõe o restabelecimento de eleições diretas, já, e daremos consequência prática ao anseio de 130 milhões de brasileiros.

As medidas de emergência não impedirão a decisão soberana que o Congresso Nacional adotará hoje.

Acima de qualquer emergência, nós, representantes legítimos do povo brasileiro, colocamos nossa dignidade e nosso dever de sermos fiéis ao desígnio superior dos que nos fizeram seus representantes e porta-vozes.

A força não deterá a marcha de libertação nacional, pela qual multidões ocuparam as praças públicas do Brasil, na última e memorável campanha em defesa das eleições diretas, já.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, da mesma forma solicito a V. Ex^a que considere como lido o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex^a será atendido na forma regimental.

(Discurso a que se refere o Sr. Oswaldo Trevisan, em seu pronunciamento)

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a 12 de janeiro houve a primeira manifestação pública pelas eleições diretas. Então, não se sabia ainda o grau de intensidade e desejo do povo brasileiro pelas diretas, por isso havia dúvidas sobre as possibilidades de êxito na realização de um grande comício pró-diretas.

Ninguém se arriscava a ser o primeiro, até que o Paraná, com a liderança do Governador José Richa, resolveu assumir o risco e levar às ruas e as praças a campanha pelas diretas.

E o povo veio às ruas.

Em Curitiba eram mais de 50 mil, no primeiro comício, clamando por eleições diretas e manifestando desejo de decidir sobre seus próprios destinos.

Assim, foi acesa em Curitiba a chama cívica patriótica que se espalhou por todo o Brasil, com efeito multiplicador, fazendo com que, a cada nova concentração popular, milhares e milhões de brasileiros clamassem por diretas, já.

Essas grandes massa humanas levaram à praça pública o seu descontentamento contra a situação reinante. Contra este Governo que ao longo destes 20 anos de arbítrio não fez outra coisa senão empobrecer a Nação e marginalizar os brasileiros das decisões nacionais.

Foram marcos desse Governo a corrupção e a incompetência administrativa, que levaram o País à maior dívida externa e interna de todos os tempos, à maior inflação de toda sua história, a uma desesperadora quantidade de desempregados, e tudo isso trouxe como consequência a fome, a pobreza, a desigualdade social, enquanto assistimos ao Governo fazer concessões aos grandes banqueiros internacionais que contrariam a nossa soberania.

O FMI interveio até na fixação da política salarial do trabalhador brasileiro, na política cambial, monetária e creditícia.

Por isso, o movimento pelas eleições diretas representa muito mais que a reivindicação por uma mudança constitucional.

Representa, isto sim, a exigência de respeito à integridade do ser humano enquanto cidadão que, como tal, tem direito à livre organização e expressão, direito à educação, ao trabalho digno, direito à terra onde possa produzir.

Em suma, é um movimento que visa ao fim desses vinte anos de opressão e de cerceamento no exercício da cidadania. Nestes 20 anos, nós, brasileiros, não fomos cidadãos no sentido integral da palavra, pois não pudemos decidir e traçar nosso próprio destino através de movimentos populares e de eleições diretas, honestas e livres em todos os níveis.

É chegada a hora de ouvir o povo brasileiro. Não se brinca com uma Nação que saiu às ruas, em sua totalidade esmagadora para exigir mudanças. A História mostra que, quando o povo quer, as mudanças têm que vir, e aqueles que não atenderam ao povo pagaram caro pelos seus erros.

Está vivo na lembrança de todos nós o caso do Xá do Irã, que, com todo seu poderoso exército, foi vencido pelo povo. A queda da Bastilha é outro exemplo.

Aqueles que não aprenderam com os erros da História, estão condenados a repeti-los.

Não queremos repetir os erros de outros povos, por isso o Brasil saiu às ruas de maneira ordeira e disciplinada, exigindo mudanças pela via democrática, com a realização de eleições diretas, já, para a Presidência da República.

E, se tais massas humanas manifestaram-se pacificamente, foi porque o Brasil já se democratizou. A Oposição não se desespera em chegar a seus fins.

Tenta-se, com medidas de força, amedrontar este Congresso.

No entanto, é preciso sobrepor ao direito da força a força do direito.

As medidas de emergência constituem um ato de arbítrio que violenta a consciência jurídica da Nação.

Vamos viver intensamente as emoções deste dia. Junto conosco estão 130 milhões de pessoas que pedem mudanças.

Os brasileiros já sabem que não saíram inutilmente às ruas, porque vamos aprovar a Emenda Dante de Oliveira, com eleições diretas, já para Presidente da República. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os Srs. Senador Álvaro Dias e Deputados João Batista Fagundes e Mendes Boelho, também encaminharam à Mesa discursos para serem publicados, atinentes à matéria em discussão.

S. Ex^{ts} serão atendidos.

SÃO OS SEGUINTE OS DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA

O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB) — PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Junto, hoje, à voz da Nação toda, a que trago com legítima e confirmada representatividade, de meu Estado. Confirmada nas praças públicas de quarenta e um municípios, no contato direto com mais de seiscentas mil pessoas, que ali deram seu testemunho de que o Brasil já não se coloca passivo ante a desagregação política, à usurpação dos seus direitos mais sagrados de autonomia e iniciativa. E levantou o brado, aguda e insistentemente, de todos os patriotas que lutam pelo fim do arbítrio, da impunidade, da ineficácia governamental e da subservien-

cia dos interesses da Nação à prepotência e à ambição das corporações multinacionais e às políticas que ameaçam a paz e a autodeterminação dos povos.

E lembro o que afirmei, há poucas semanas, nesta mesma tribuna, acerca do significado histórico desta memorável campanha pela restauração da maioria política do brasileiro. Lembro o que disse, a respeito da coincidência histórica de ter sido o Paraná, pela segunda vez, cenário de um magno evento da evolução política brasileira.

Com efeito, lá em meu Estado, nos idos de 1930, instalou-se o Governo Provisório que marcava a queda da primeira república e a inauguração de uma nova forma de regime, a partir da qual, também se abriam novos caminhos para o desenvolvimento econômico, social e político de nosso País. Lá também, nós os paranaenses, síntese que somos da tradição pioneira e da modernidade ousada que rasga novos horizontes, síntese que somos das mais variadas correntes da formação cultural, étnica e social do Brasil, celebramos o primeiro grande comício pelas eleições diretas já. Comício que representou o ponto de inflexão da presente fase do processo de redemocratização de nossa Pátria. Ponto em que se tornou nítida a vontade hegemônica do povo de mudar a face do Brasil e dar partida a novo ciclo de sua História.

Pois este é o significado real do brado — porque não repetir: heróico e retumbante — que se levantou, de milhões de bocas, de corações e almas, das ruas das grandes e das pequenas cidades do Brasil, exigindo palmilhar novos caminhos, viver novas esperanças, construir novas vitórias, deixando para trás o ranço do conservantismo paralisador, do medo do progresso, da covardia ante o futuro.

Tal como em anteriores momentos de nossa História, povo e minorias elitistas postam-se em antagonismos absolutamente distinguidos e antagônicos. Como nas lutas pela independência nacional, na longa demarcação da abolição da escravidão e na subsequente proclamação da República. Como nas lutas pela modernização do País, ao longo da década de vinte, do tenentismo, da Aliança Liberal e da Revolução de Trinta. Como na ferrenha reconquista da democracia, arrancada das mãos do Estado Novo fascista e autoritário, pela comunhão entre o patriotismo revigorado nos campos de batalha da Europa e a coragem cívica do povo que, nas ruas, também exigia a restauração do voto livre e a instauração da Assembleia Constituinte.

Não é possível desconhecer, Senhores Senadores, que novamente o brasileiro foi às ruas, guiado por sua memória histórica. Novamente levantou seu brado quando se viu menosprezado, em seus anseios de liberdade, por elites que teimam em voltar-lhe as costas, em tapar os ouvidos a seus reclamos e em estancar, na vã tentativa de deter a marcha inexorável da História. Não é possível esconder-se da verdade histórica; não há sofisma, não há censura, não há força irracional que possa apagar da memória nacional sua experiência anteriores.

O Brasil de hoje, que aí está no colorido das camisetas amarelas, na atitude ordeira e otimista dos manifestantes, na presença ativa de seus líderes municipais, de seus representantes comunitários, de seus artistas mais consagrados, na sensibilidade de seus parlamentares — tanto dos partidos de Oposição como das dissidências pedesistas — e no geral irredentismo de quantos se colocam desabridamente pela real mudança de seus marcos políticos, é, exatamente, o Brasil que floresce das lutas passadas. É o Brasil real que amadurece nas lutas cotidianas pela sobrevivência, no confronto incansável com a crise que lhe jogaram às costas, na crescente e irreversível consciência de que a ele, povo, cabe escolher seus próprios e verdadeiros caminhos.

Este é o Brasil que não aceita ser uma potência industrial que deixa na inanição mais de metade de seus habi-

tantes. É o Brasil que não aceita produzir de quase tudo, para ver quase tudo ser vendido, a baixo preço, no exterior, ou ser consumido por menos de um décimo de suas famílias. Este é o Brasil que não concorda em se afundar na recessão, para satisfazer a usura dos ricos e gordos acionistas dos bancos internacionais e a vaidade escandalosa dos tecnocratas internacionais e domésticos. É o Brasil que se recusa a ver o sucateamento e a regressão dos empreendimentos e das tecnologias que suadamente conquistou, em décadas de trabalho diuturno e de lutas políticas, para provar que tinha direito e coragem para fazer seu progresso, para industrializar-se e para afirmar-se como Nação moderna, socialmente justa, politicamente livre e internacionalmente autônoma e independente.

Não, Senhor Presidente, Senhores Senadores, este Brasil real, este Brasil de tão profundos contrastes sociais e humanos, com absoluta certeza, não é o País que suas elites conservadoras estão teimando em imaginar e moldar. Não é o Brasil que uma minoria autoritária insiste em manter subjogado a seu arbítrio, aos seus interesses particulares, aos seus desastrosos projetos. Não, é preciso repetir mil vezes, se necessário, não é o Brasil casbisbaixo e dócil, que esta minoria quer dominar. Este é o Brasil politicamente maduro que sabe quando, como e para que mudar. É o Brasil que dispensa tutelagem, de mais a mais, se mostram cabalmente indesejadas e visivelmente incompetentes.

Este é o Brasil de cidadãos conscientes. E porque conscientes, são também livres. E que, por serem livres, manifestam sua vontade e querem vê-la respeitada. Hoje, como em seus mais brilhantes momentos históricos. Por isso, mudar é preciso.

Também esta longa história nos ensina outra lição. Muitas vezes o passo do progresso foi desviado por conciliações espúrias, por acordos entre grupos da elite, à revelia do povo. E isto se tornou possível enquanto era incipiente a formação de sua consciência política e limitada a sua prática social. No entanto, foram as próprias frustrações, causadas pelo engodo e ineficácia destas conciliações, os atrasos causados ao seu desenvolvimento, as desigualdades e injustiças provocadas ou mantidas pelos acordos antipopulares, que ensinaram a Nação a não se submeter a novas farsas históricas, a mirabolantes contratos de letra miúda e a inviáveis promessas.

Sem dúvida, aprendemos as duras lições destas fábulas em torno da ilusória cordialidade do brasileiro. E foram as duras condições de trabalho, os aviltados salários, a constante angústia de manter o orçamento doméstico que ensinaram ao brasileiro que o desenvolvimento não lhe é concedido pela benevolência destas minorias, que fazem seus acordos nos bastidores do poder estatal, olhos postos no usufruto do erário público, nas benesses dos negócios privilegiados e no botim da corrupção pública e privada. Ensinaram que o desenvolvimento resulta da afirmação da sua consciência política e da conquista do direito de votar livremente e de participar ativamente da condução do processo de escolha dos objetivos e das políticas governamentais.

É por isso que a campanha pelas diretas, já, se inscreve num processo mais amplo, que não se esgota na mudança dos rituais de escolha do Presidente da República. E é este caráter mais amplo da mudança histórica que está sendo incompreendido pelos que, por interesse direto na manutenção dos privilégios do monopólio moribundo do poder, ou por temor descabido das ameaças e intimidações, oriundas dos jantares que defendem este monopólio, se colocam contra a vontade nacional e se condenam a sumir nos arquivos dos anti-heróis da História.

Por isso que não nos atingem em nossa consciência de que perfilamos com as aspirações mais legítimas do povo brasileiro, a óca argumentação verbal ou armada

dos que se aferram ao que já está ultrapassado. É por isso que não mudam nossas posições, antes se vivificam e se confirmam, quando nos atiram à face este absurdo elenco de arbitrariedades cometidas contra o povo, com nome pomposo de medidas de emergência. Elas mais revelam a paranóia ante a perda da legitimidade e da afinidade com o espírito da Nação, do que um ato de razão, de quem defende direitos realmente existentes.

Razão cabe, apenas, àqueles que, nos claros espaços da limpa confrontação política, na livre discussão pública, na honesta busca de soluções e de compromissos legítimos e acordes com a vontade política da Nação, se dispõem a exercer a representação autêntica das várias correntes de opinião e de interesses, que nascem dessa vontade. E é com esta razão, fundada na cristalina lição da História e na sensibilidade aos clamores das praças públicas, que se vislumbram os passos seguintes deste processo de transformações políticas, econômicas e sociais em que estamos envolvidos.

Passos que nos levarão a recompor a estrutura de poderes da República, a levantar dos escombros nossa vocação federativa, a reconstituir nossa ordem econômica e social e a reconquistar nossa autonomia nacional frente à pressão da crise internacional. Passos que nos conduzirão a reinventar nosso estilo de desenvolvimento, com maior compromisso de solidariedade, com a indispensável equidade social e com o indispensável respeito pelas nossas raízes culturais. Passos que, por corresponderem às legítimas reivindicações de nosso povo, nos conferirão maior estabilidade política e, pois, maior força de afirmação no cenário mundial.

Obstar estas conquistas, portanto, é tarefa inglória, que desmerece o ideário e os gestos de quem se coloca à margem do progresso. Opõe-se às tendências mais profundas deste processo, para infrutiferamente arriscar no aventureirismo de facções reconhecidamente autoritárias, provavelmente incompetentes e notoriamente comprometidas com interesses antinacionais, com práticas antidemocráticas, com a impunidade da corrupção e dos privilégios ilegais, constitui óbvia cegueira ante a inexorabilidade da justiça da história.

Esta é a hora da verdade. Esta é a hora da razão. Esta é a hora do diálogo honesto da Nação com seus pró-homens. E, tenho certeza, o Legislativo, os partidos políticos, as representações da sociedade civil haverão de mostrar que estão em fina sintonia com a consciência, os sentimentos e as esperanças da gente brasileira. Haverão de mostrar que nem o gesto brusco, nem a palavra áspera, dos que se opõem ao Direito, à Ética e ao Progresso, impedirão o povo deste Brasil, cujo futuro hoje se decide, sobre a lição das glórias do passado, de ver sua vontade cumprida.

O SR. JOÃO BATISTA FAGUNDES (PDS - RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Existe na parte mais elevada da Academia Militar das Agulhas Negras, uma expressão que é, a um só tempo, um ensinamento e uma advertência:

"Ides Comandar. Aprendei a Obedecer."

Contrariamente ao que acontece com a função essencialmente política, a função militar tem na rapidez de ação um pressuposto fundamental ao seu êxito. Por isso mesmo não cabe dentro da estrutura militar, discussão quando ao mérito da ordem recebida: uma vez adotada a decisão pelo Comandante, tal decisão passa a ser do grupo inteiro.

É como se fossem os dedos das mãos que se abrem, mas que se unem e se fecham em bloco monolítico, quando acionados por um comando central.

O Presidente da República, por um imperativo constitucional, é o Comandante Supremo das Forças Arma-

das (Art. 90 — CF) que são os elementos de que dispõe como peças "essenciais à execução da política de segurança nacional, à defesa da Pátria e à garantia dos Poderes constituídos, da Lei e da Ordem". (Art. 91 — CF).

Rigorosamente dentro do texto Constitucional, o Presidente da República decidiu-se pela aplicação das medidas de emergência previstas no Artigo 155 da Constituição.

No entanto — Senhor Presidente e Senhores Congressistas — o que vemos nesta Casa Legislativa, desde que se estabeleceram as medidas de emergência, é um ataque veemente àqueles que tem por Missão Constitucional assegurar a paz social à Nação Brasileira, como garantias que são à independência e harmonia dos Três Poderes, da lei e da ordem.

De um ataque pessoal e descabido, indébito e abusivo, parte-se para um ataque às instituições nacionais.

Agride-se as Forças Armadas como se fossem elas um bando acéfalo, sem unidade de doutrina, sem unidade de comando.

O nome do General Newton Cruz, é hoje mais citado do que o nome do autor da emenda que hoje se discute nesta Casa!

Mas o que nós decidiremos hoje, Senhor Presidente, não é sobre o General Newton Cruz. É sobre a forma de escolher o Presidente da República, no momento histórico da hora presente.

A oposição nesta Casa tem criticado duramente o Governo do Presidente João Figueiredo, por ter adotado as medidas de emergência previstas no Artigo 155 da Constituição.

Segundo noticiam os jornais, alguns líderes políticos pretendem mesmo submeter à apreciação do Poder Judiciário, a legitimidade das medidas adotadas, pois, as entendem como violadores dos direitos individuais e, felizmente, dentro do clima democrático que vive o Brasil, a lei não escluirá da apreciação do Poder Judiciário, a lesão ao direito individual.

Em recorrendo ao Poder Judiciário, a oposição usa de um direito que lhe é assegurado pela Constituição. No entanto, nega ao Governo o uso dos meios que lhe são também assegurados pela mesma Constituição.

Ora, o Governo nada mais faz do que aplicar a Lei, adotando uma postura de legítima defesa, ante o desenfreado movimento de massas que se orquestrou no Brasil, a pretexto de defender a tese das "Diretas Já".

Alardeia-se nas hostes oposicionistas o número incalculável que ocorre às ruas em passeatas e em comícios. Mas não se alardeia o custo incomensurável de tais concentrações humanas, nem o número de artistas que atraem o público, com diretas ou sem diretas, e que ainda há pouco estiveram nesta Casa, de gabinete em gabinete.

É certo que no Rio de Janeiro compareceu um milhão de pessoas nas ruas! Mas ninguém comentou o número dos que ficaram em casa, alheios aos arruamentos pictóricos da intensa propaganda oposicionista.

O nobre Presidente desta Casa, Deputado Flávio Marçílio, não foi apenas criticado, mas foi também atacado duramente, porque justificou a adoção das medidas de emergência.

Mas ainda ontem, neste Plenário, tivemos demonstrações eloquentes, do clima de insegurança que aqui se nota, quando dois cidadãos credenciados nesta Casa, agrediram-se mutuamente em lamentável episódio que em nada nos engrandece.

É evidente que existe clima próprio para as medidas de emergência. E mais haveria se para cá demandassem as incontáveis caravanas previamente instruídas não para construir, mas para destruir a abertura democrática que o Governo pretende construir.

Não foi em vão, que o eminente Ministro Rubens Ludwig alertou recentemente que "Estão armando a ba-

derna..." E não é preciso ter lentes nem binóculos para verificar a veracidade de tal afirmativa, tão eloquentes são as demonstrações nesse sentido.

Ainda ontem, em Brasília, jovens adolescentes em todas as escolas da Capital, eram coagidos dentro das salas de aulas, a que comparecessem às manifestações de rua, num visível ato de provocação às determinações legais emanadas da Presidência da República.

É preciso que façamos desta sessão histórica, uma manifestação da vontade livre e soberana do Congresso Nacional, e não uma manifestação estéril contra a pessoa de comandantes militares, que nada mais fazem do que cumprir preceitos legais que vigoram em Brasília, por motivos de inegável clima de intranquilidade social.

O comandante militar não existe para cortejar o aplauso fácil no zigzague da demagogia barata.. Nem para adotar medidas populares que o habilitem ao sorriso permanente do público que o assiste. Mas para cumprir as missões difíceis das horas incertas, quando os problemas que exigem soluções muitas vezes amargas, não cabem mais em qualquer outra mão.

A tarefa é difícil. A missão é impossível. O povo não aplaude. Mas o Brasil também não admite desertar na hora da luta.

Desta Tribuna, Senhor Presidente, nesta hora memorável, quero lembrar a este Congresso, de que as Forças Armadas são a garantia dos poderes constituídos, mas são também responsáveis pela ordem e pela lei.

As ameaças e pressões que se montam contra a livre manifestação do Congresso não serão nunca mais fortes do que aquelas que estão nas mãos, a obrigação legal de assegurar a paz social, a fim de que consigamos atingir o ideal sublime do progresso dentro da ordem.

O SR. MENDES BUTELHO (PUB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Estamos todos de acordo que vivemos um dos momentos mais decisivos da vida nacional. A votação, hoje, da emenda que restabelece a eleição direta do Presidente da República será o acontecimento mais importante dos últimos 20 anos, na história deste Parlamento. Isto obriga-nos a uma reflexão profunda do papel que nos cabe desempenhar, a fim de que possamos oferecer ao País uma decisão compatível com a seriedade do momento e com a magnitude do Congresso como estuário comum dos anseios e aspirações nacionais.

Caberá a nós parlamentares interpretar, com serenidade e isenção, o real significado desta hora e a transcendência da decisão que sobre a emenda iremos proferir. Qualquer que seja esta decisão, será uma decisão histórica. Dela resultará uma perspectiva nova para a nação brasileira, ou o desmoronamento do alicerce das nossas instituições democráticas.

Nas conversas que se ouvem em torno da emenda do Deputado Dante Oliveira, uma das questões permanentes é sobre quais seriam as consequências de sua eventual rejeição pelo Congresso Nacional. Alguns sugerem que o fato passará logo ao esquecimento público, absorvido pelas articulações em torno da própria sucessão presidencial, pela manobra dos chamados presidenciais ou mesmo pelo debate acerca da emenda do General Figueiredo. Inspira-se este raciocínio na suposição de que "o povo tem memória curta". Equívocam-se aqueles que assim pensam.

A Nação está falando sério, quando reclama eleições diretas já. Sua determinação de eleger o próximo Presidente da República não se esgotará da noite para o dia, como se toda a mobilização que tem havido no País fosse apenas um jogo de cena, sem qualquer significado para o povo que nela se engajou.

Na semana passada, o *Jornal do Brasil* divulgou pesquisa no Instituto Gallup, segundo a qual 84 por cento dos eleitores que nos mandaram para cá contam com o nosso apoio à emenda Dante de Oliveira. O brasileiro

não brinca quando responde a pesquisas, como está comprovado através de outras pesquisas realizadas pelo mesmo Instituto no campo político-eleitoral. Da mesma forma, não estão brincando os milhões de jovens, mães e pais de família que deixam a comodidade de seus lares para se comprimir em praça pública sob o clamor de **diretas-já**.

Nunca, ao longo da nossa já quase centenária História republicana, um assunto político monopolizou tão ampla e intencionalmente a opinião pública como esse. O brado **diretas já**, não poderá ser sufocado agora pelo Congresso Nacional. Se o País inteiro o entoa, não será esta Casa que irá desafinar, a não ser que pretenda assinar seu próprio **atestado de óbito** como depositária da esperança e dos anseios nacionais.

É velho o princípio de que os interesses comuns se sobrepõem aos interesses individuais ou de grupos. As paixões, os interesses *minoritários* e *subalternos* não podem prevalecer numa hora como esta, em face da grande obra de salvação nacional que especialmente a nós cabe empreender. O começo desta obra está neste instante sob a responsabilidade deste Parlamento, e consiste em abolir da Constituição a fraude do colégio eleitoral, que a sociedade repudia e nossa consciência cívica abomina.

O momento não comporta bravatas, nem resiste a exageros de direita ou de esquerda. Não se pode conciliar posições radicais com os imperativos do nosso dever cívico. Mas também não nos podemos acomodar ou nos

detar na contemplação do momento histórico que vivemos. Temos que agir com maturidade e destemor, seguindo os rumos das aspirações coletivas, pois "não há República sem o império do povo".

Os que se opõem à emenda Dante Oliveira arrimam-se no argumento de que o fazem em defesa da Constituição. O argumento é falso e descabido, como acaba de demonstrar o próprio Presidente da República: encontra-se nesta Casa proposta oriunda do Executivo restabelecendo as eleições diretas em 1988. Por que a Constituição pode ser alterada para 1988 e não o pode agora? Só porque o Governo quer, mais uma vez, contrariar a vontade da Nação?

Ainda anteontem, falando da tribuna desta Casa, o Líder do Governo, Deputado Nelson Marchezan, proclamou, alto e bom som, que para ele, o Governo, "não há uma verdade hoje e outra amanhã. Ela é sempre a mesma". Sendo assim, recomenda-se a seu partido arquivar o argumento, sob pena de a liderança ver-se traída pela incoerência.

Temo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que uma eventual derrota da emenda Dante Oliveira resulte num retrocesso político-institucional. Pois, se a sociedade hoje reprova o colégio eleitoral, também reprovará o nome que dele sair para presidir a Nação. E sem respaldo popular, receio que o próximo Governo acabe por recorrer à força para equilibrar-se no Poder.

Esse temor tem sua razão de ser: quando o General Figueiredo assumiu o Poder, não havia qualquer mobilização nacional que implicasse num repúdio ao colégio eleitoral. No entanto, sua posse foi marcada por um clima de turbulência em diversas Capitais brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dizia Carlos Lacerda: "Os erros do passado podem dividir os homens, mas é preciso que os acertos do futuro os reúnam". Deixemos, por enquanto, os erros do pretérito. Unamo-nos, em torno da obra de reconstrução nacional, que começa aqui e agora, com a aprovação das **diretas-já**.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência declara, nos termos regimentais, encerrada a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação da matéria.

A Presidência determina à Segurança da Casa que faça cumprir a observação que fez: permitir a presença em plenário somente de parlamentares, ex-parlamentares, jornalistas credenciados e servidores requisitados para a sessão das 19 horas.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 13 horas e 25 minutos

Ata da 64ª Sessão Conjunta, em 25 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Lamanto Júnior

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lucio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lamanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Afonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Willy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Roraima

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Braão de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edisson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Magno Baccelar — PDS; Pedro Novais — PMDB; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcelino — PDS; Furtado Lette — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Vianna — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Jocail Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PDS.